



Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro

Dezembro 2014



**RIO SEM
HOMOFOBIA**



**GOVERNO DO
Rio de
Janeiro**



GRUPO ARCO-IRIS
GRUPO DE CONSULTORIA



Conexão G
Associação de Apoio à Diversidade



ALMA FRANCA

Grupo Ellos



Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro

Escrito por: **Lucas Paoli Itaborahy**

*Esta é uma tradução para o Português do relatório em inglês, originalmente publicado em Maio de 2014, e disponível em nosso site: www.micro-rainbow.com.

Publicado por:

Micro Rainbow International C.I.C.
Registered office: 2-6 Cannon Street
London, EC4M 6YH - United Kingdom
© Micro Rainbow International C.I.C. Dezembro 2014



PESSOAS LGBT VIVENDO EM POBREZA NO RIO DE JANEIRO

Micro Rainbow International

A Micro Rainbow International (MRI) é uma empresa social sem fins lucrativos fundada pelo empresário social e ativista LGBTI Sebastian Rocca em 2012. A MRI se dedica a melhorar a qualidade de vida das pessoas LGBTI que são discriminadas por causa de sua orientação sexual, identidade de gênero, ou status intersex. Enfrentamos a situação de pobreza das pessoas LGBTI em todo o mundo, fazendo recomendações de políticas e elaborando ferramentas e ações que lhes permitam sair da pobreza.



MICRO RAINBOW INTERNATIONAL

Registered office: 2-6 Cannon Street • London EC4M 6YH • United Kingdom

www.micro-rainbow.com • info@micro-rainbow.com

[Facebook.com/MicroRainbowInternational](https://www.facebook.com/MicroRainbowInternational) • [@MicroRainbow](https://www.instagram.com/MicroRainbow)



ÍNDICE

Agradecimentos	5
Prefácio	7
Sumário Executivo	9
1. Introdução: Pobreza, Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Brasil	12
2. A pobreza no Brasil	15
2.1 Um panorama dos níveis de pobreza desde 1960	15
2.2 Esforços recentes do governo brasileiro para erradicar a pobreza	16
2.3 Desafios remanescentes	17
3. A pobreza e a comunidade LGBT no Rio de Janeiro	20
3.1 Mensurando a população LGBT	20
3.2 A desigualdade de renda e a população LGBT no Rio de Janeiro	20
4. Discriminação e violência contra pessoas LGBT no Brasil	24
4.1 Panorama	24
4.2 Homofobia e Transfobia no Brasil	25
4.3 Assassinatos de pessoas LGBT	28
4.4 Homofobia e transfobia no Rio de Janeiro	29
5. Metodologia	32
5.1 Introdução: abordagem metodológica geral.	32
5.2 Métodos de pesquisa	32
5.3 Foco do trabalho de campo	32
5.4 Parceiros do trabalho de campo	33
5.5 Os participantes	33
5.6 Análise de Dados	34
5.7 Limitações do estudo	34
6. Discussão e Resultados	35
6.1 Demografia: perfil dos entrevistados	35
6.2 Educação	35
6.3 Condições de Moradia	37
6.4 Ocupação	38
6.5 Mercado de Trabalho	40
6.6 Acesso ao crédito	42
6.7 Benefícios sociais	43
6.8 Discriminação	44
7. Considerações Finais	50
8. Recomendações	52
8.1 Para agências governamentais e decisores políticos	52
8.2 Para empregadores	53
8.3 Para prestadores de serviços	53
8.4 Para organizações LGBT e outras organizações da sociedade civil	54
8.5 Para investigações futuras	55
Apêndice - Direitos LGBT no Brasil	56
Referências bibliográficas	58



AGRADECIMENTOS

Após a publicação, em 2013, do nosso primeiro estudo sobre a situação de pobreza de lésbicas e gays refugiados no Reino Unido, a Micro Rainbow International (MRI) tem o prazer de lançar a nossa segunda pesquisa, desta vez sobre a situação de pobreza da população LGBT no Rio de Janeiro (Brasil).

Este relatório é resultado de um grande esforço coletivo. Gostaríamos de agradecer a cada uma das 46 pessoas LGBT que concederam seu tempo à pesquisa e compartilharam suas histórias, sentimentos e experiências pessoais. Nós, a equipe do projeto, sentimos privilegiados por termos lhes conhecido e testemunhado a sua força, resistência e dignidade.

Também queremos agradecer o apoio de nossos parceiros locais, sem os quais não teria sido possível realizar esta pesquisa. São eles: Grupo Conexão G, Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro (Astra-Rio), o Grupo de Emancipação e Luta pela Livre Orientação Sexual (Grupo Ellos), Empório Almir Franca, Grupo Arco-Íris e o programa Rio Sem Homofobia do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Somos muito gratos por terem nos ajudado a encontrar pessoas LGBT que vivem na pobreza, a organizar as entrevistas e facilitar algumas questões logísticas. Um agradecimento especial à Majorie Marchi pelo seu esforço em nos aproximar da população trans*.

Somos particularmente gratos pelo apoio recebido, ao longo do projeto de pesquisa, do Sr. Claudio Nascimento Silva (Superintendente de Direitos Individuais Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e Coordenador do Programa Rio Sem Homofobia) e pela sua contribuição ao escrever o Prefácio abaixo.

Esta pesquisa nos permitiu construir uma parceria sólida, eficiente e estamos animados com a perspectiva de continuar trabalhando com nossos parceiros locais para tentar implementar algumas das recomendações feitas no presente relatório, e o mais importante: para melhorar a vida de pessoas LGBT que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro.

Um agradecimento especial ao nosso Coordenador Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Negócios, Lucas Paoli Itaborahy, por ter conduzido esta pesquisa com um compromisso genuíno e profissionalismo, pelo seu trabalho minucioso na elaboração do questionário, na realização das entrevistas, na coordenação dos parceiros locais, na análise dos dados e elaboração do relatório.

Por fim, queremos agradecer à nossa consultora externa, Ruth Baldacchino, por revisar o relatório, e nossos incríveis voluntários, incluindo Dra. Corinne Lennox (por aconselhar-nos a respeito do questionário do trabalho de campo), Jill Power (por revisar o relatório dentro de um curto prazo), e Diego Bieliski (pelo excelente trabalho de tradução do documento do Inglês para o Português).



A questão da pobreza entre a comunidade LGBT tem sido negligenciada por atores-chave em todo o mundo, inclusive pelo próprio movimento LGBT internacional, que por muito tempo se focou no casamento igualitário e outros direitos de casais do mesmo sexo, enquanto em muitos lugares as pessoas ainda lutam para descriminalizar a homossexualidade e proibir a discriminação. Quaisquer que sejam as prioridades nacionais e regionais, mais atenção deve ser dada e mais recursos devem ser alocados para aliviar a situação de pobreza das pessoas LGBT em todo o mundo, a fim de alcançar o desenvolvimento sócio-econômico tão almejado pela maioria dos países.

Esperamos que este relatório inicie uma conversa que é desesperadamente necessária - um diálogo que não é apenas sobre a igualdade de direitos, igualdade de oportunidades e igualdade de acesso aos serviços, mas também sobre a viver com dignidade.

Sebastian Rocca
Fundador e CEO
Micro Rainbow International

Equipe do Projeto da MRI

Sebastian Rocca	- Fundador e CEO
Lucas Paoli Itaborahy	- Coordenador Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Negócios
Jill Power	- Suporte ao Projeto
Ruth Baldacchino	- Consultora Externa
Renné Ramos	- Design e layout
Diego Bielinski	- Tradutor

Parceiros locais da MRI

Grupo Conexão G, Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro (Astra-Rio), o Grupo de emancipação e Luta pela Livre Orientação Sexual (Grupo Ellos), Empório Almir França, Grupo Arco-Íris e programa Rio Sem Homofobia do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A MRI permite a livre reprodução desta publicação, desde que sejam feitas as devidas referências bibliográficas.

Citação sugerida:

Itaborahy, Lucas Paoli. (2014) *Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro*. Londres, Reino Unido: Micro Rainbow International C.I.C.



PREFÁCIO

Tenho o prazer de escrever este prefácio para a pesquisa da Micro Rainbow International, cuja discussão proposta é extremamente relevante para a comunidade LGBT no Rio de Janeiro e no Brasil.

A homossexualidade é criminalizada em 77 países em todo o mundo e muitos outros países e sociedades perseguem e discriminam as pessoas LGBT. No Brasil, os direitos LGBT, juntamente com toda a matéria de direitos humanos, são questões em voga. Infelizmente a discriminação e o preconceito ainda são uma característica da nossa sociedade atual. O país tem um sistema de crenças muito enraizado que tem contribuído para os altos níveis de violência contra a comunidade LGBT. É importante e urgente realizarmos este debate agora. O fundamentalismo religioso e político tem aumentado, a nossa sociedade continua a ser conservadora, e o conceito generalizado de “limpeza moral” tem sido responsável por um possível aumento da violência homofóbica.

O Governo do Rio de Janeiro está totalmente empenhado em combater a homofobia e transfobia no Rio e condena qualquer ato de violência e discriminação contra pessoas LGBT. Através do nosso programa “Rio sem Homofobia”, lutamos contra a discriminação e violência, não só através da educação e da divulgação de informações sobre os direitos LGBT, mas também através da implementação e monitoramento de políticas públicas pró-LGBT em todas as áreas de governo.

O presente relatório é muito importante porque força todos nós, incluindo os decisores políticos e a sociedade civil, a refletir sobre o terrível impacto que o ódio e o preconceito têm sobre a vida das pessoas LGBT e nos convida a refletir sobre nossas próprias responsabilidades de melhorar tal cenário. O relatório destaca, entre outras coisas, como a pobreza, o isolamento, a miséria, a falta de acesso aos serviços públicos, o abuso por parte da comunidade, a discriminação na escola e no trabalho, bem como por líderes religiosos, afetam a vida das pessoas LGBT no Rio de Janeiro. Até o dia em que cada um de nós possa viver em igualdade, independentemente de quem amamos e de quem somos, o trabalho de ONGs internacionais, como a Micro Rainbow International, e de autoridades públicas deve continuar e se intensificar.



Finalmente, gostaria de aplaudir a MRI pela sua abordagem colaborativa, pelo estabelecimento de parcerias locais sólidas e por ter dado voz à muitas pessoas LGBT que vivem na pobreza, que estão isoladas, discriminadas e cujos direitos são frequentemente violados. Estamos ansiosos para continuar a apoiar o trabalho tão essencial da MRI e, mais importante, para melhorar a vida das pessoas LGBT no Estado do Rio de Janeiro.



Claudio Nascimento

Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro
Coordenador do programa Rio sem Homofobia



SUMÁRIO EXECUTIVO

A pobreza afeta a todos, independente da região, raça, sexo, gênero ou idade, e aqueles que estão na chamada “situação de pobreza” são assim definidos por viverem com uma renda de menos de US\$ 1,25 por dia. Relatórios e estatísticas que focam na problemática da pobreza tendem a generalizar “populações de baixa renda” - marginalizando, assim, alguns segmentos da população que possam necessitar diferentes abordagens ou considerações. Um dos segmentos marginalizados e, portanto, deixados de fora da “retórica da pobreza” é a população de lésbicas, gays, bissexuais e trans* (LGBT). Este relatório, destarte, possui como objetivo fornecer um vislumbre sobre a vida da população LGBT em situação de pobreza no Rio de Janeiro.

Os contextos sociais e políticos do Brasil fornecem um pano de fundo para entender a vida dessas pessoas - o que acentua ainda mais a premissa de que as pessoas LGBT provavelmente vivem realidades diferentes, e em alguns casos, estão mais propensas a viver em situações de pobreza do que as pessoas não-LGBT. A falta de - ou acesso limitado a - oportunidades de emprego e/ou a discriminação no trabalho, a falta de - ou pouco - apoio familiar e a falta de confiança dos bancos e/ou outras instituições financeiras estão entre as principais razões que levam a população LGBT à pobreza ou as deixam mais vulneráveis a tal situação.

Neste relatório, são analisados dados provenientes de quarenta e seis entrevistas realizadas com indivíduos LGBT que vivem

em situação de pobreza no Rio de Janeiro. Dentre eles, oito se identificam como lésbicas, quatorze como gays, dois como bissexuais, dez como mulheres transexuais e doze como travestis.

Principais Conclusões

- 1. Educação:** Nenhum dos entrevistados conseguiu completar os estudos universitários. Metade deles disseram que abandonaram a escola devido à falta de suporte financeiro e à necessidade de encontrar um emprego para sustentar suas famílias e a si mesmos. Um determinado número de entrevistados abandonou a escola como resultado da discriminação que sofreram devido à sua orientação sexual e identidade de gênero. Como resultado, a falta de estudos e/ou qualificações causou impactos negativos em suas oportunidades no mercado de trabalho e em suas condições de moradia.
- 2. Condições de Moradia:** 41% dos entrevistados disseram que não podiam pagar suas despesas de subsistência - que incluem comida, contas, transporte e aluguel. Além disso, mais da metade dos entrevistados contam com alguma forma de ajuda por parte de familiares ou amigos. Contudo, em sua maioria, este auxílio é simbólico (por exemplo, alimentação e moradia), e não financeiro.
- 3. Ocupação:** A falta de emprego ou fonte instável de renda são fatores que afetam as condições de vida dos entrevistados. Apenas 39% deles possuem empregos,



a maioria dos quais são de baixa remuneração. A discriminação e estigmatização com base em sua sexualidade e/ou identidade de gênero é outra razão apontada pelos entrevistados pela falta de emprego. O trabalho sexual continua a ser a fonte mais comum de renda para as trans* entrevistadas, independentemente se optaram por fazê-lo ou porque não há outras opções. Os sentimentos de desamparo e impotência também são manifestados por uma parte dos entrevistados, por não acreditarem na possibilidade de saírem da pobreza e também por enfrentarem realidades de discriminação, abuso e violência, como resultado de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

- 4. Mercado de Trabalho:** A experiência dos entrevistados nesta área comprova a percepção comum entre eles de que há desigualdade no mercado de trabalho. 86% acreditam que pessoas heterossexuais (e cisgêneros) possuem mais oportunidades, já que enfrentam menos preconceito, estigma e discriminação. Os entrevistados que se identificam como gays, lésbicas ou bissexuais acreditam que têm mais oportunidades do que pessoas trans*. Tal fato enfatiza a ideia de que as pessoas que aparentam ser heteronormativas estão mais propensas a desfrutar de mais oportunidades. Isso reforça, portanto, o argumento de que esconder a sua sexualidade e/ou identidade de gênero não-normativas lhes permite um maior acesso a oportunidades de emprego.
- 5. Acesso ao Crédito:** 40% dos entrevistados não possuem conta bancária, pois não possuem renda o suficiente para abrir uma e assim guardar seu dinheiro no banco. A maioria (65%)

nunca pediu um empréstimo bancário, por diferentes razões, incluindo a papelada e burocracia, e são incapazes de planejar o pagamento do empréstimo devido à instabilidade do seu emprego ou renda.

- 6. Benefícios Sociais:** Metade dos entrevistados recebeu algum tipo de benefício social, o qual usam para as despesas da casa, pagar suas contas, investir em seus estudos e demais despesas pessoais. Ainda, metade dos entrevistados também recebeu outra forma de benefício com base na sua orientação sexual e/ou identidade de gênero através da prestação de serviços (por exemplo, aconselhamento, assessoria jurídica, busca de emprego).
- 7. Discriminação:** 87% dos entrevistados disseram que foram discriminados por causa da orientação sexual e / ou identidade de gênero, em vários locais públicos e por uma variedade de autores, incluindo prestadores de serviços. 61% dos entrevistados relataram a discriminação na escola. Aqueles que não sofreram, informaram que não estudavam ou não eram assumidos. No mercado laboral, os entrevistados afirmaram que aqueles que são assumidos como LGBT no trabalho sofrem maior pressão – o que os faz trabalhar com medo de serem tratados de forma diferente ou de serem prejudicados por isso.



Implicações

A pesquisa sobre as pessoas LGBT que vivem na pobreza desafia o “mito” de que todos os gays e lésbicas são ricos, uma hipótese normativa que não leva em conta as complexidades e interseccionalidades da vida das pessoas LGBT. De acordo com Albelda et al. (2009), lésbicas, gays, bissexuais e trans* “possuem a mesma probabilidade de serem pobres que os indivíduos heterossexuais”, ou como a nossa investigação tentará mostrar, podem estar ainda mais vulneráveis à situações de pobreza, devido ao estigma e aos múltiplos tipos de discriminação que enfrentam ao longo de suas vidas.

Através deste relatório, nós apelamos às autoridades, bem como acadêmicos e ativistas para se atentarem à realidade de pessoas de baixa renda ao coletarem dados sobre a populações LGBT, sobre a pobreza ou ao desenvolverem políticas, estratégias e iniciativas para redução de pobreza. É necessário livrar-nos de pressupostos e práticas heteronormativas que continuam a excluir as pessoas LGBT e suas famílias a partir de “discursos hegemônicos de pobreza” adotados por governos e outras instituições.

Este relatório mostra que os cidadãos LGBT também enfrentam situações de pobreza e, portanto, devem fazer parte de todas as políticas que visam a redução da mesma em todos os países do mundo, inclusive no Brasil.



Um dos gays entrevistados em nosso trabalho de campo



1. INTRODUÇÃO: POBREZA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NO BRASIL¹

O Brasil é um país conhecido internacionalmente por ter uma sociedade muito liberal, que muitas vezes apresenta atitudes de abertura sexual e permite uma grande liberdade de expressão. No entanto, quando se trata de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans*² (LGBT)³, a sociedade brasileira pode ser discriminatória e intolerante. Tal fato se explica devido à presença persistente de conservadorismo religioso e moral que, agravado por elevados níveis de pobreza e falta de educação formal, cria uma “realidade de imensa desigualdade” (Vianna e Carrara, 2007).

De acordo com uma estimativa recente do Grupo Gay da Bahia (GGB), uma das

ONGs mais antigas que monitora crimes de ódio na comunidade LGBT no Brasil, cerca de uma pessoa LGBT é assassinada a cada 26 horas no país (GGB, 2013). Travestis e transexuais⁴ são o maior alvo devido à estigmatização e à marginalização social, o que pode levá-las ao trabalho sexual e/ou tráfico⁵ de drogas - situações que muitas vezes as expõem à violência e abuso. Além disso, o Disque Direitos Humanos do Governo brasileiro registrou uma média de 13,29 vítimas de violência homofóbica por dia em 2012 (Brasil, 2013, p.18), incluindo a violência física, sexual, psicológica e institucional (por exemplo, a partir da polícia) e a discriminação.

No âmbito federal, o país carece de leis que protejam as pessoas LGBT contra o discurso de ódio, crimes de ódio e contra a discriminação com base na orientação

1 Os três primeiros parágrafos desta Introdução foram adaptados de Itaborahy (2012).

2 Neste relatório, utiliza-se a seguinte definição de trans*: “Pessoas “trans*” incluem aqueles/as que têm a identidade de gênero diferente da registrada em suas certidões de nascimento e/ou as pessoas que sentem vontade de, preferem ou escolheram, seja pela vestimenta, acessórios, cosméticos ou modificação corporal – se apresentar diferentemente das expectativas do chamado “papel” do gênero que lhes foi concedido quando nasceram. Isso inclui, entre outros, transexuais e transgêneros, travestis, cross dressers, pessoas sem gênero e pessoas queer”. Ver GATE: <http://transactivists.org/trans/>.

3 Não incluímos pessoas intersex nesta pesquisa, pois não conseguimos entrevistar nenhuma pessoa que se identificasse como tal no Rio de Janeiro. Neste sentido, para os propósitos deste relatório, utilizaremos o acrônimo LGBT, embora reconheçamos a invisibilidade das pessoas intersex em trabalhos acadêmicos e comunitários – áreas que cada vez mais requerem a atenção de organizações não-governamentais e de órgãos do governo.

4 Nota-se que no Brasil o movimento LGBT diferencia claramente travestis e transexuais. De acordo com a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais), travestis e transexuais são aqueles/as “que nascem do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitas travestis modificam seus corpos por meio de hormônio-terapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (definição adotada pela Conferência Nacional LGBT em 2008). Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de re-designação sexual (mudança de órgão genital)” (ABGLT, 2009, p.18).

5 Ver Garcia (2008) para mais detalhes sobre a discussão acerca do envolvimento de travestis no trabalho sexual no Brasil.



sexual e identidade de gênero, dificultando a vida desta população. Embora pesquisas oficiais e dados demográficos mostrem a retração constante da população católica no Brasil⁶, e apesar de o país ter se tornado um Estado laico pela Constituição de 1988, políticos católicos radicais e evangélicos se opõem fortemente aos direitos LGBT. Como resultado, alguns projetos de lei essenciais, tais como para a criminalização da homofobia (inicialmente proposto em 2006) e o reconhecimento de uniões do mesmo sexo (proposto inicialmente em 1995), permanecem não aprovados (Lorea, 2009; Mello, 2006).⁷

Para piorar tal situação, a comunidade LGBT brasileira está longe de atingir a cidadania plena e, de fato, é afetada pela atual desigualdade econômica que permeia toda a sociedade. Além disso, a frequência de incidentes de discriminação social pode ter um impacto sobre sua renda e condições econômicas. Referindo-se a Santos, que escreveu no final de 1970, Mello afirma que “no Brasil pós-1930, a cidadania passou a ser baseada em um sistema de estratificação ocupacional definido por normas legais” e os cidadãos eram reconhecidos de acordo com as ocupações definidas por lei (2006, p.11). Embora a Constituição de 1988 tenha alterado esta forma de regulamentação, na esfera social as pessoas LGBT ainda são submetidas a regras sociais que buscam reconhecê-los como cidadãos iguais. Mello afirma que hoje isso é feito através do reconhecimento do casamento/direitos

de união civil. No entanto, sabemos que a cidadania LGBT vai além, e atualmente existem vários problemas socioeconômicos que afetam a população LGBT no Brasil e os impede de obter a cidadania plena. Portanto, usando o mesmo argumento proposto por Mello, pergunta-se: como as pessoas LGBT que vivem na situação de pobreza são reconhecidas como cidadãs e, mais importante ainda, será que elas são mesmo reconhecidas como tais?

Este relatório tem como objetivo mostrar e explicar a situação de desigualdade social e econômica vivenciada pelas pessoas LGBT de baixa renda no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro,

onde nossa pesquisa foi realizada. O capítulo 2 examina os níveis de pobreza no país e apresenta um breve panorama da situação atual e as recentes iniciativas e os desafios para combater a pobreza extrema. O capítulo 3 explora a interseção da pobreza com a orientação sexual e a identidade de gênero, observando as consequências da desigualdade de renda na vida de lésbicas, gays, bissexuais e trans* na cidade do Rio de Janeiro. Discute-se esta intersectorialidade como uma abordagem para a compreensão do contexto e das realidades vivenciadas por pessoas que vivem em situações de pobreza.

O capítulo 4 fornece uma visão geral da situação social das pessoas LGBT no Brasil, como forma de contextualizar os objetivos do relatório e as posteriores conclusões. Discute-se as questões de violência e discriminação contra a comunidade LGBT, tanto em todo o país como no Rio, com a apresentação de dados e gráficos de várias fontes, incluindo agências do governo e organizações da sociedade civil. O capítulo

⁶ Lorena (2009) assinala que embora a população católica tenha decaído, o número de evangélicos cresceu significativamente (seguidos daqueles que não possuem religião).

⁷ Contudo, em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo como unidade familiar. Veja o Apêndice para mais informações sobre os direitos LGBT no Brasil.



5 descreve detalhadamente os métodos utilizados, bem como as limitações e os desafios encontrados durante a realização desta pesquisa. O capítulo 6 apresenta e discute os resultados do trabalho de campo realizado com pessoas LGBT que vivem em pobreza no Rio. Também são examinados as principais questões e tendências emergentes que marcam a vida dessas pessoas.

Por fim, o relatório faz algumas considerações finais e conclui com uma série de recomendações para as organizações, empregadores, decisores políticos, prestadores de serviços e outros, sobre como ajudar as pessoas LGBT a saírem da situação de pobreza no Brasil e, ainda, melhorarem seus meios de subsistência.



Majorie Marchi, ativista trans e gestora no programa Rio sem Homofobia*



2. A POBREZA NO BRASIL

2.1 Um panorama dos níveis de pobreza desde 1960

Em comparação com o século anterior, a situação de pobreza no Brasil mudou drasticamente nos últimos anos. No final da década de 1960, durante o período mais linha-dura da ditadura militar, o país experimentou um crescimento econômico súbito, conhecido como o «milagre econômico» (1968-1973), que foi financiado em grande parte por agências de financiamento internacionais e investimentos estrangeiros, que aproveitaram da repressão trabalhista e da dissidência política (Alves, 1985; Itaborahy, 2012). Imediatamente após este período, o Brasil sentiu o impacto da crise econômica mundial de 1970 e o nível de pobreza aumentou significativamente. Como resultado, a porcentagem da população que vive em situação de pobreza subiu para cerca de 50% entre 1983 e 1984 (Paes de Barros et al., 2011).

Esse cenário mudou, contudo, com o processo de redemocratização, que começou em 1986 e, “em 1990, o país procurou se integrar à globalização e seguiu as instruções neoliberais do FMI e do Banco Mundial em relação às políticas econômicas e à redução da pobreza” (Tratz, 2012, p. 7). As reformas neoliberais da década de 1990 tiveram resultados positivos no combate à pobreza no Brasil e o país testemunhou um dos mais altos níveis de desenvolvimento econômico na América Latina.

Além disso, na década de 1990, a questão da pobreza começou a desempenhar um

papel central na política internacional, como apontado por Tratz (2012). A erradicação da pobreza tornou-se um dos maiores objetivos da maioria dos governos, especialmente depois que as Nações Unidas lançaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2001 e declararam que seu primeiro objetivo seria “erradicar a pobreza extrema e a fome”.⁸ Para atingir esse objetivo, dois alvos específicos foram definidos para o período entre 1990 e 2015, tais quais: reduzir pela metade a proporção de pessoas cuja renda é inferior a US\$ 1,25 por dia e reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome.⁹

Desde que o presidente Lula tomou posse em 2002, o Brasil adotou o primeiro ODM e o governo se engajou em inúmeros esforços para erradicar a pobreza – conseguindo, com sucesso, alcançar uma das metas antes do prazo da ONU. Em 1990, 25,6% da população do Brasil tinha uma renda abaixo da linha de extrema pobreza internacional de US\$ 1,25 por dia (Tratz, 2012), enquanto que em 2008 esse percentual caiu para apenas 4,8%, de acordo com o Relatório Nacional de Monitoramento das Metas do Milênio de 2010¹⁰. Até 2010, cerca de 28 milhões de brasileiros já havia sido retirado da linha de pobreza extrema e outros 36 milhões

⁸ Ver: Nações Unidas, Assembleia Geral, Declaração 55/2. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>

⁹ Ver: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) - <http://www.un.org/millenniumgoals/>

¹⁰ Ver Nações Unidas. Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2010 - <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG%20Report%202010%20En%20r15%20-low%20res%2020100615%20-.pdf>



tinham alcançado um melhor padrão de vida, elevando-se para a classe média (Brasil, 2010).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹¹, em 2009, o estado do Rio de Janeiro foi o sétimo estado da federação com a menor taxa de pobreza extrema¹², com 3,9% de sua população - o equivalente a 547.020 pessoas - vivendo em tal condição. No entanto, ainda havia quase dois milhões de pessoas (13,48% da população) vivendo abaixo da linha da pobreza¹³.

2.2 Esforços recentes do governo brasileiro para erradicar a pobreza

Em 2002, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro presidente de um partido de esquerda, anunciou que a principal prioridade de seu governo seria acabar com a fome. Visando atingir tal objetivo, ele criou e intensificou uma série de programas de transferência de renda, como o Programa Fome Zero¹⁴ e o Programa Bolsa Família¹⁵, com foco na redução da

pobreza e na melhoria da condição social e econômica da população de baixa renda no país (Brasil, 2012a).

De acordo com Tratz, “o Brasil foi um dos primeiros países a desenvolver e implementar esse tipo de política e, atualmente, possui os maiores programas de transferência de renda do mundo” (2012, p.37). O autor destaca que tais programas foram muito eficientes na erradicação da extrema pobreza - proporcionando grande mobilidade social, uma vez que melhoraram as condições de vida das classes mais baixas e, portanto, ampliaram a classe média. Ele também afirma que o programa Bolsa Família foi responsável por melhorar a saúde e a educação, bem como pela criação de melhores condições para os trabalhadores se ingressarem no mercado de trabalho.

O sucesso dessas políticas teve um impacto sobre os esforços internacionais de combate à pobreza, e serviu de inspiração para criação de programas semelhantes em outros países e instituições multilaterais (Brasil, 2012a). O Banco Mundial, por exemplo, criou um plano internacional para combater a pobreza com base no Bolsa Família. No entanto, Tratz (2012) argumenta que os resultados extraordinários de políticas do presidente Lula só foram possíveis devido ao quadro macroeconômico estabelecido pela administração anterior e aos programas de transferência de renda que já existiam anteriormente. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada destaca outros fatores responsáveis pela redução da pobreza no país, como a conquista da estabilidade monetária e o crescimento econômico, o aumento real do salário mínimo e o fortalecimento de

11 Ver Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Macroeconômico; Indicadores Sociais; Pobreza), <http://www.ipeadata.gov.br/>

12 Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, são consideradas pessoas que vivem em situação de extrema pobreza aquelas que vivem com menos de R\$70,00 (US\$29,42) por mês.

13 A linha de pobreza considerada pelo IPEA é o dobro da linha de extrema pobreza.

14 O Programa Fome Zero foi lançado em 2003 para combater as causas imediatas e primárias da fome e da insegurança alimentar. Apesar das críticas sobre a falta de objetivos claros e de planejamento, o programa continuou a ser apoiado pelo Banco Mundial, até ser substituído pelo Programa Bolsa Família.

15 De acordo com o Rio Times: “Nesse programa, as famílias de baixa de renda recebem benefícios financeiros entre R\$15 a R\$95 por mês, de acordo com a renda per capita e com o número de crianças em idade escolar. Em troca, as famílias se comprometem que manter seus filhos na escola e também a seguirem um programa básico de saúde e vacinação.” Ver “Brazil strives for economic inequality”, disponível em: <http://riotimesonline.com/brazil-news/rio-business/brazil-strives-for-economic-equality/#>



políticas públicas voltadas para melhoria das condições de vida (IPEA, 2010).

Independentemente de tais alegações, é inegável que o governo Lula tenha desenvolvido uma “nova estratégia de desenvolvimento social” e, em 2006, o Brasil obteve um crescimento significativo na economia e em suas políticas públicas, além de um aumento do emprego formal e o equilíbrio alcançado nas contas públicas (Brasil, 2012a). Ademais, ele criou as bases para que a seguinte presidenta, Dilma Rousseff, lançasse o Programa Brasil Sem Miséria em 2010: um plano ambicioso e inovador visando a completa erradicação da pobreza extrema até 2014 (Brasil, 2010). A presidenta Dilma também criou o programa Brasil Carinhoso: “uma medida drástica que possibilitou a redução imediata de 40% no número de famílias em situação de pobreza extrema, e o fim da miséria de 2,7 milhões de crianças de 0 a 6 anos” (Brasil, 2012a, p.3). Afinal, em um país de 190.7 milhões de pessoas, ainda havia 16,2 milhões de cidadãos vivendo em situações de pobreza em 2010 e metade deles em áreas rurais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.¹⁶

Em 2011, o Governo Federal desenvolveu o Programa Crescer, que tinha como objetivo oferecer produtos de microcrédito para populações de baixa renda no Brasil, “facilitando o acesso ao microcrédito para as pequenas empresas com o objetivo de gerar emprego e renda”.¹⁷ Este plano micro-empendedor “tem melhorado as

condições e expandido o microcrédito produtivo pelo banco público associado. [...] O cruzamento do Programa Crescer e do Cadastro Único revelou que, de agosto a dezembro de 2011, cerca de 200 mil famílias extremamente pobres foram beneficiadas por 203.473 operações orientadas ao microcrédito produtivo.” (Brasil, 2012a, p 30.)

2.3 Desafios remanescentes

O desenvolvimento destes programas sociais foi a principal razão por trás do sucesso dos esforços do governo brasileiro no combate à pobreza. No entanto, tais resultados significativos ainda não foram consolidados de forma uniforme em todas as regiões, como argumentado por Santos e Arcoverde (2011), e o país continua a ser “vulnerável à flutuações econômicas e dependente de programas de transferência de renda” (Trazz, 2012, p. 38). Henriques afirma que a natureza compensatória de tais programas é apenas a curto prazo, com respostas limitadas, e que devem ser complementadas com políticas estruturais de redistribuição econômica que permitam a “erradicação da pobreza a partir da redução da desigualdade” (2003, p.68). Afinal, a sociedade brasileira ainda enfrenta altos níveis de desigualdade de distribuição de renda e de outros desafios sociais, como a violência urbana, o tráfico de drogas e a discriminação social, além de precária qualidade e acesso desigual à saúde pública, educação, moradia, emprego, entre outros (Santos e Arcoverde, 2011).

Apesar de o país ter o sexto maior PIB do mundo - e ser um país considerado mediano em termos de PIB médio per capita - de acordo com o Instituto Brasileiro

¹⁶ Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo 2010. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>

¹⁷ Para mais informações sobre o programa Crescer, ver: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-productiva-urbana/programa-crescer>



GRÁFICO 1



Fonte: Instituto de Pesquisa Economica Aplicada (IPEA). Disponível em: www.ipeadata.gov.br

Adaptado de: Traz (2012)

de Geografia e Estatística¹⁸, o Brasil ainda apresenta desigualdades econômicas e sociais extremas. Um relatório de 2012 da ONU-Habitat mostra que o Brasil é o quarto país da América Latina com a maior diferença na distribuição de renda, o que significa que as desigualdades entre ricos e pobres ainda são uma forte realidade na sociedade brasileira. O mesmo relatório indica que 10% da população mais rica absorve 50,6% de toda a renda, enquanto 10% dos mais pobres absorvem apenas 0,8% (UN Habitat, 2012).

Neste sentido, o coeficiente de Gini¹⁹ (a medida mais comumente utilizada de desigualdade econômica) mostra que o principal problema ainda é o alto grau de desigualdade na distribuição dos

recursos nacionais e a consequente alta concentração de riqueza - o que não mudou muito no Brasil ao longo dos últimos anos, como ilustrado no gráfico 1 acima.

Os elevados níveis de desigualdade de renda no Brasil nas últimas décadas também são mostrados no gráfico 2 na página seguinte - apresentado pela *The Economist* em 2012 - quando se compara o Brasil a outros países do mundo, utilizando o coeficiente de Gini.

Deve-se ressaltar que, **apesar do relativo sucesso das estratégias de redução da pobreza nas últimas duas décadas, o governo brasileiro não se pronunciou sobre a situação de pobreza de grupos específicos, como a população LGBT.** Tanto os programas Fome Zero e o Bolsa Família (2003) e o Brasil Carinhoso (2010), por exemplo, foram centrados em torno da unidade familiar heterossexual e, portanto, não contemplou as famílias LGBT e/ou indivíduos LGBT diretamente. Casais do mesmo sexo que vivem juntos só começaram a ser considerados e

¹⁸ Ver: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo 2010. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>

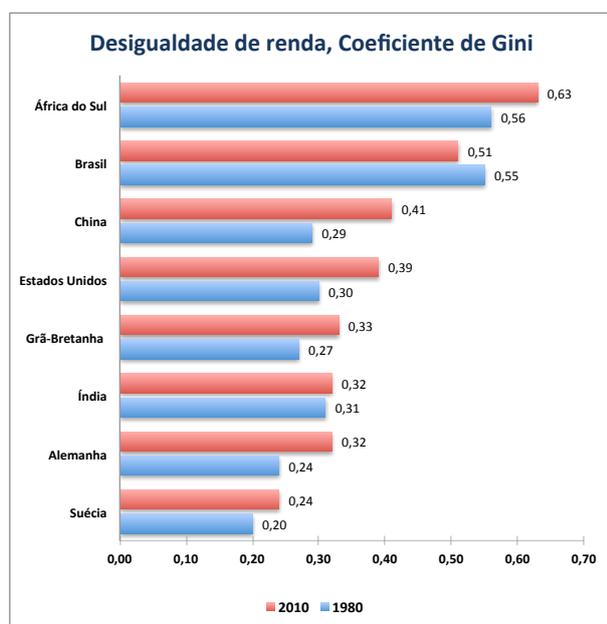
¹⁹ De acordo com o Banco Mundial, o coeficiente de Gini (ou índice de Gini) mede o grau em que a distribuição de renda ou consumo entre os indivíduos ou agregados familiares dentro de uma economia desviam de uma distribuição perfeitamente igual. O coeficiente varia entre 0, que reflete igualdade completa e 1, que indica a desigualdade completa. Para mais informações, ver: <http://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI>



reconhecidos como unidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal em 2011²⁰. Desta forma, não se beneficiaram plenamente dos programas de redução da pobreza e, ainda, sequer eram elegíveis devido à falta de reconhecimento das suas uniões. Além disso, muitas pessoas LGBT que vivem na pobreza não puderam acessar os benefícios de tais programas, já que tinham sido vítimas de rejeição e ostracismo, entre outros problemas, de seus pais e familiares.

Em suma, **além de erradicar a pobreza extrema, o Brasil também deve combater e reduzir as desigualdades sociais e econômicas existentes, de modo que todos os cidadãos possam alcançar padrões mais elevados de vida -independentemente da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero - e criar uma sociedade mais igualitária e menos discriminatória.**

GRÁFICO 2



Fontes: IMF; OECD. Disponível em: <http://www.economist.com/node/21564414>

Adaptado de: *The Economist*

²⁰ Ver o apêndice para mais informações sobre os direitos LGBT no Brasil.



3. A POBREZA E A COMUNIDADE LGBT NO RIO DE JANEIRO

3.1 Mensurando a população LGBT

Estudos sobre a prevalência da homossexualidade, bissexualidade e transexualidade foram realizados em diversos contextos, países e com diferentes metodologias. Vários desafios surgiram principalmente em relação à coleta e à mensuração da chamada “população LGBT”. Apesar de ser essencial conhecer o tamanho da população LGBT para elaborar políticas públicas e alguns tópicos de pesquisa, as tentativas de mensurar essa população enfrentam vários desafios conceituais e metodológicos. Como Gary Gates aponta:

as estimativas do tamanho da comunidade LGBT variam, devido a diversas razões... incluindo diferenças nas definições de quem está incluído na população LGBT, as diferenças de métodos de pesquisa, e uma falta de perguntas consistentes feitas em pesquisas ao longo do tempo. (GATES, 2010, p.2)

Por essas e outras razões, quantificar a população LGBT de um país torna-se muito difícil. O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou pela primeira vez em 2010, uma pergunta que incluía casais do mesmo sexo e descobriu-se que existem 60 mil casais de lésbicas e gays que vivem juntos no Brasil. O Estado do Rio de Janeiro tem o maior número de casais - 10.170 - formados por pessoas do mesmo sexo (Álvares e Mariz, 2011).

Outra pesquisa, chamada Mosaico Brasil, realizada em 2008 em todas as capitais brasileiras, revelou que a cidade do Rio de Janeiro tem a maior porcentagem de homens gays no país, e a segunda maior de lésbicas. Mais precisamente, 19,3% da população do Rio é composta de homens gays e homens bissexuais e 9,3% de lésbicas e mulheres bissexuais (Abdo, 2008, p.9). Se aplicarmos esse percentual com os últimos registros do IBGE, que mostra que o Rio tem um total de 6.320.446 habitantes²¹, isso significaria que existem mais de 1,8 milhões de gays, lésbicas e bissexuais vivendo na cidade.

3.2 A desigualdade de renda e a população LGBT no Rio de Janeiro

Embora nos últimos 15 anos o Brasil tenha tirado 33 milhões de pessoas da extrema pobreza - conforme explicado no capítulo anterior - o país ainda possui grandes desigualdades econômicas e sociais. De acordo com um relatório da ONU-Habitat de 2012, o Brasil é o quarto país da América Latina com a maior diferença na distribuição de renda, o que significa que as desigualdades entre ricos e pobres ainda são uma realidade viva na sociedade brasileira.

²¹ Ver Rio de Janeiro: Infograficos: Dados Gerais do Município, <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=330455&search=rio-de-janeiro%7Crio-de-janeiro%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>



Esta grande desigualdade de renda também afeta a comunidade LGBT de várias maneiras. Marsiaj (2003) afirma que **as diferenças de classes sociais no Brasil têm um profundo impacto sobre a vida das pessoas LGBT, tornando-as mais vulneráveis a condições de pobreza**, enquanto um estudo apresentado por Siagg (2011) e Silva (2011), na cidade do Rio de Janeiro, demonstra que **pessoas LGBT de baixa renda estão mais vulneráveis à violência e à discriminação**. A partir dos estudos mencionados anteriormente, observam-se diversas interseções entre a desigualdade de renda e orientação sexual e/ou identidade de gênero, além de seus impactos sobre as condições de vida da comunidade LGBT no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro.

A desigualdade de renda e as subseqüentes grandes lacunas entre as classes sociais tiveram um forte impacto sobre a distribuição geográfica da comunidade LGBT e a grande concentração de recursos econômicos, políticos e culturais marcaram todo o processo de urbanização do país em meados do século XX, em grande centros urbanos (Oxhorn, 1995). Como resultado, grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro não só concentraram o poder e a riqueza - tornando-se os pólos administrativos e econômicos do país - mas também atraíram lésbicas e gays de todo o país, formando, assim, comunidades LGBT mais sólidas (Marsiaj, 2003).²² Aliás, o impacto da urbanização e o aumento do trabalho assalariado e da importância e função da família (nuclear) facilitaram o estabelecimento das identidades gays

²² O autor argumenta que isso não significa que essas são as únicas cidades com comunidades LGBT "sólidas". Importantes Grupos LGBT também se formaram no Nordeste do país (e.g. Grupo Gay Bahia) como oponentes essenciais para a grande expressão do conservadorismo moral, assim como o machismo e as atitudes homofóbicas que perpetuam na região.

"urbanas" (D'Emilio, 1993). Os movimentos sociais pelos direitos de gays e lésbicas ao redor do mundo evoluíram em torno dessas identidades, priorizando temas como o casamento igualitário em relação à outras questões, como as desigualdades econômicas e outros tópicos de justiça social.

A desigualdade de renda também tem impactos sobre a forma como as pessoas LGBT interagem e estabelecem suas relações. Marsiaj (2003) argumenta que as diferenças de classes sociais podem afetar as possibilidades de estabelecimento de relações afetivas e de redes sociais entre pessoas LGBT, salientando que:

Para os setores populares no Brasil, a função econômica da família retém uma grande importância. A renda de classes mais baixas é irregular e pequena, tornando muito difícil a independência econômica de um indivíduo de sua família. A sobrevivência econômica, tanto para o indivíduo quanto para a família como um todo, depende da permanência dos filhos no âmbito familiar até que eles se casem (e em vários casos após o casamento, devido à falta de moradia). (Marsiaj, 2003, p.139-140).

Seguindo esta lógica, pode-se argumentar, então, que é mais fácil para lésbicas e gays pertencentes a classes mais altas se tornarem financeiramente independente de suas famílias e/ou terem melhores condições socioeconômicas para viver sua sexualidade de forma mais aberta e estabelecer relacionamentos com pessoas do mesmo sexo. Tal fato, porém, não significa que eles não enfrentam hostilidade, preconceito ou até mesmo exclusão por membros da família e da sociedade em geral.



Além disso, a desigualdade de renda também determina os locais onde as pessoas LGBT se socializam. Isso é observado pelo fato de que a maioria das boates, bares e festas gays no Brasil são geralmente caros, o que os torna locais de entretenimento voltados para indivíduos de classes média e alta – já que só eles tem condições de frequentar tais espaços, pagar as taxas de entrada e bebidas. Contudo, isto não significa que pessoas LGBT que vivem na pobreza não tenham opções de entretenimento ou lugares para exercer sua “homo-sociabilidade” (Marsiaj, 2003). Semelhante à sociedade em geral, as diferenças de classe também são encontradas dentro das comunidades LGBT, reforçando uma hierarquia de classe que se reflete sobre os espaços da cidade - com estabelecimentos distintos para pessoas provenientes das classes mais altas e outros voltados para pessoas das classes mais baixas (Albuquerque Júnior e Ceballos, 2002).

Richard Parker (1999) afirma que a cidade do Rio de Janeiro é um bom exemplo deste tipo de hierarquia, uma vez que o uso de locais públicos na cidade muda drasticamente de acordo com a classe social. Marsiaj observa que: “existem claras diferenças nos níveis de segurança, aceitação e glamour entre os espaços públicos em bairros mais nobres como Ipanema e Leblon, e aqueles em bairros mais populares na Zona Norte e Zona Oeste” (2003, p.142). A interseção de classe social com sexualidade produz uma hierarquia de classes e a segregação - o que reforça ainda mais a marginalização das classes mais pobres.

Tais fatores levam a nossa última observação sobre os impactos da desigualdade de distribuição de renda

dentro da comunidade LGBT. A interrelação de classe social com a orientação sexual e/ou identidade de gênero produz uma realidade de discriminação considerável. A partir da ideia de que ser uma pessoa LGBT traz dificuldades intrínsecas, devido aos preconceitos sociais e estigmatização, pode-se argumentar que a realidade vivida por aqueles que são LGBT e pobres é mais difícil e mais complexa. Isso se deve ao fato de que eles estão sujeitos a vários tipos de injustiças: se é devido à sua classe social, sua orientação sexual ou identidade de gênero, raça e outros tipos de discriminação. Marsiaj resume este aspecto, apontando que,

indivíduos de classe mais baixa sofrem a maior parte da violência praticada por policiais em e fora de serviço, justiceiros, esquadrões da morte e linchamentos. Homofobia e discriminação social se cruzam e gays e lésbicas de classes mais baixas carregam o maior peso dessa realidade violenta (2003, p.143).

Mahomed Siagg (2011) e Wilson H. da Silva (2011) corroboram esta observação enfatizando os riscos que as pessoas LGBT pobres sofrem no Brasil, particularmente na cidade do Rio de Janeiro. Ambos se baseiam em uma pesquisa, realizada pela Conexão G - organização não-governamental com sede na favela da Maré - que afirma que as comunidades LGBT pobres no Rio atualmente sofrem hostilidade e agressões brutais por paramilitares, traficantes de drogas e pela polícia. A situação é ainda pior para as lésbicas e mulheres trans afro-descendentes devido à persistência do racismo e do machismo, confirmando os argumentos apresentados anteriormente sobre os vários tipos de discriminação sofrida pela comunidade LGBT.



No entanto, **travestis e transexuais são as pessoas que vivem em maior situação de vulnerabilidade.** Como Silva (2011) argumenta, devido aos níveis elevados de visibilidade na sociedade, elas não podem esconder sua identidade de gênero tão facilmente como lésbicas e gays (cisgêneros²³) podem esconder sua orientação sexual. Portanto, tais pessoas são constantemente vítimas de tortura e assassinatos, além de serem muitas vezes conduzidas à marginalização, prostituição e até mesmo ao envolvimento com o tráfico de drogas - resultado do preconceito e da discriminação que sofrem.

De fato, o Brasil concentrou 40% dos assassinatos de travestis e transexuais no mundo em 2013, de acordo com GGB (2014), e esses números podem ser maiores devido à subnotificação, como resultado da falta de confiança nas autoridades e à constante perseguição por policiais, como ilustrado acima por Marsiaj.

Ambos Silva (2011) e Siagg (2011) concordam que **é mais difícil para pessoas LGBT de baixa renda denunciarem as situações de violência sofridas do que para heterossexuais que vivem nas favelas e comunidades pobres.** Eles destacam que as pessoas LGBT têm medo de sofrer reações homofóbicas e retaliação da polícia e, portanto, não revelam sua orientação sexual ou identidade de gênero, ou nem mesmo denunciam os casos.

Em suma, este capítulo mostrou que as pessoas LGBT em situação de pobreza

no Brasil vivem em condições sociais mais vulneráveis, devido aos impactos do alto nível de desigualdade de distribuição de renda entre as classes sociais presentes na sociedade brasileira, entre outros fatores. A desigualdade de renda, conforme foi discutido, parece ser responsável por:

1. Produzir condições para vários tipos de discriminação e violência devido à intersecção de identidades e realidades.
2. Dificultar a formação de relacionamentos amorosos entre pessoas do mesmo sexo, forçando as pessoas LGBT, principalmente as pertencentes a classes mais baixas, a ficarem mais tempo com suas famílias, devido a questões de dependência econômica;
3. Criar uma hierarquia de opções de entretenimento de acordo com as classes sociais - reforçando a exclusão e a marginalização das classes mais baixas e;
4. Alocar comunidades LGBT mais sólidas em grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.



Uma das trans entrevistadas em nosso trabalho de campo*

²³ Cisgênero se refere a pessoas cuja identidade de gênero está em conformidade com o comportamento ou papel considerado apropriado para seu sexo. Kristen Schilt e Laurel Westbrook definiram "cisgênero" como um rótulo para "indivíduos que têm convergência entre o gênero determinado no nascimento, seus corpos e sua identidade de gênero", ao contrário das pessoas trans* (2009, p.441).



4. DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBT NO BRASIL

4.1 Panorama

Apesar de ser conhecido por sua “abertura sexual” e por ter uma das maiores paradas do orgulho LGBT do mundo, os brasileiros ainda são vítimas de discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero. Em muitas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, onde a comunidade LGBT está melhor organizada, como mencionado no capítulo anterior, o «turismo rosa» atrai pessoas de várias partes do país e do mundo. É muito comum restaurantes, bares, clubes, entre outros estabelecimentos, gerenciados por lésbicas e gays. Porém, fora destes locais considerados “gay-friendly” e, ainda, em cidades menores, a população LGBT ainda está sujeita à hostilidade, preconceito e discriminação.

Apesar de a homossexualidade não ser considerada crime no Brasil, não existe legislação que proteja as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans*²⁴ contra crimes e discursos de ódio. A comunidade LGBT ainda enfrenta situações de violência física, abuso verbal, discriminação e até mesmo assassinato:

Violências contra a população LGBT estão presentes nas diversas esferas de convívio social e constituição de identidades dos indivíduos. Suas ramificações se fazem notar no universo familiar, nas escolas, nos ambientes

de trabalho, nas forças armadas, na justiça, na polícia, em diversas esferas do poder público (Brasil, 2013, p.11).

Tais reações negativas em relação às pessoas LGBT são muitas vezes motivadas por manifestações de machismo e sexismo que ainda prevalecem em setores conservadores da sociedade e até mesmo no seio das autoridades e instituições - um fenômeno muitas vezes identificado como “homofobia institucional”²⁵. Adicionalmente, a comunidade LGBT sofre com a oposição de algumas vozes religiosas que apresentam constantemente suas atitudes homofóbicas e se manifestam abertamente contra as pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero.

De fato, bancadas fundamentalistas e religiosas do Congresso Nacional há muito tempo bloqueiam o avanço dos direitos LGBT no país.²⁶ Políticos evangélicos e pentecostais, apoiados por partidos de direita, constituem uma ameaça aos direitos humanos e à cidadania plena, já que se declaram publicamente contra a igualdade sexual, de gênero e até mesmo racial. Isto foi claramente observado quando um pastor pentecostal de direita, conhecido por seus comentários homofóbicos e racistas, foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em março de 2013,

²⁴ Ver o apêndice para mais informações sobre os direitos LGBT no Brasil.

²⁵ A “homofobia institucional” é definida como um meio nas quais as instituições discriminam as pessoas baseadas em sua orientação sexual ou identidade de gênero (Brasil, 2013, p.11).

²⁶ Ver o apêndice para mais informações sobre os direitos LGBT no Brasil.



causando em uma série de manifestações e protestos em todo o país em defesa do secularismo, da democracia e pedindo sua renúncia.²⁷

4.2 Homofobia e Transfobia no Brasil

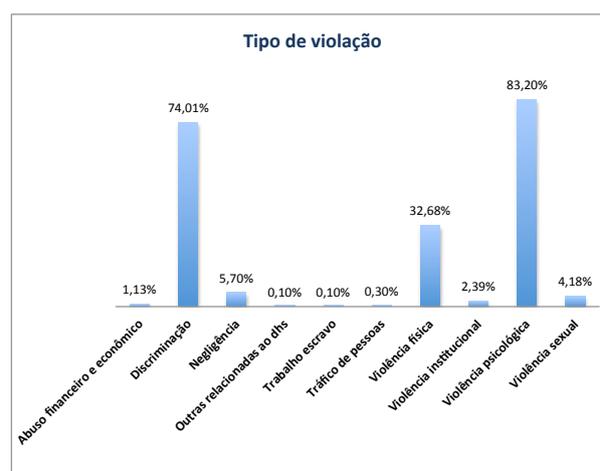
A fim de prevenir e eliminar a violência e a discriminação homofóbica e transfóbica no Brasil, o Governo Federal empreendeu vários esforços na última década. Em 2004, a Secretaria de Direitos Humanos criou o Programa Brasil sem Homofobia²⁸. Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais²⁹

No ano seguinte, o governo criou a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT para implementar e acompanhar as ações acordadas no Plano Nacional citado anteriormente.³⁰

Em 2012 e 2013, os primeiros relatórios oficiais sobre a violência homofóbica foram publicados, em colaboração com a sociedade civil. Eles lançam luz sobre a atual situação das pessoas LGBT no Brasil, com base nos dados coletados em 2011 e 2012 pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100), a Polícia, Secretários de

Estado, ministérios e outras entidades públicas, bem como a imprensa (Brasil, 2012b; 2013). Os relatórios revelaram que, em 2012, havia 3.084 relatos de 9.982 violações contra a população LGBT. Tais violações envolveram um total de 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em outras palavras, houve uma média de 3,23 violações homofóbicas por vítima e um total de 27,34 violações por dia naquele ano (Brasil, 2013, p.18). Casos de violência psicológica e discriminação são os mais frequentes, seguidos por violência física, que inclui assassinatos, como mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 3



Adaptado de: Brasil (2013, p.32)

É importante notar que isso não significa que os estados brasileiros com maior quantidade de violações são necessariamente os mais homofóbicos ou transfóbicos. Os números do relatório correspondem apenas às violações que foram relatadas às autoridades, porém há uma grande probabilidade de que **muitos casos não foram notificados, devido ao medo da exposição ou revitimização, enquanto outros nem**

²⁷ Ver Queiroz (2013) e Reis (2013) para mais detalhes sobre esse episódio.

²⁸ Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004). *Brasil sem Homofobia*. http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf

²⁹ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2009). *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>

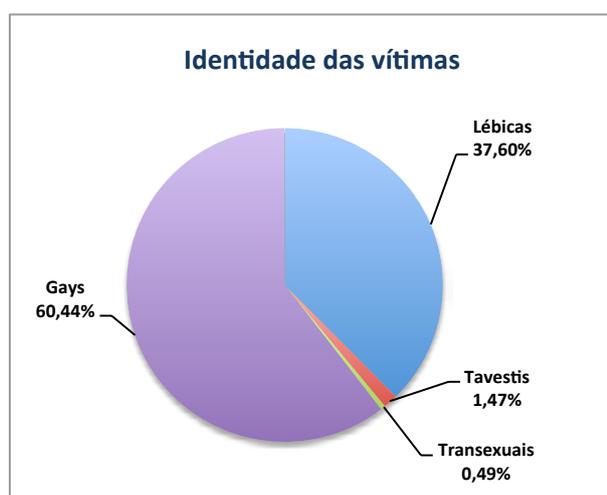
³⁰ Ver Decreto 7.388, de 9 de dezembro de 2010. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7388.htm



são devidamente registrados como violações homofóbicas (Brasil, 2013).

Uma análise sobre o perfil das vítimas, conforme as denúncias, nos permite traçar algumas observações. Em primeiro lugar, 60,44% das vítimas se identificaram como gays, 37,59% como lésbicas, 1,47% como travestis e 0,49% como transexuais, como mostrado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 4

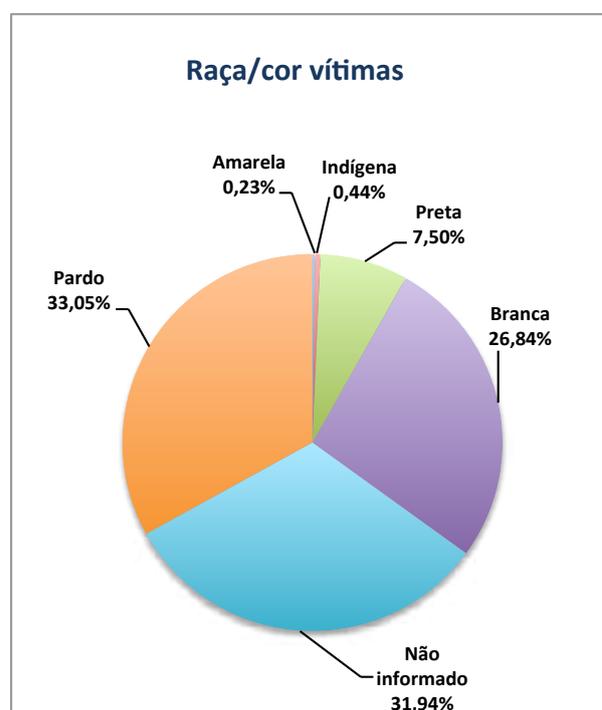


Adaptado de: Brasil (2013, p.24)

No entanto, estes números contrastam significativamente com os dados recolhidos pela sociedade civil e pela imprensa (incluídos no mesmo relatório). Estes mostram que mais da metade das vítimas foram identificadas como travestis (51,86%). Uma possível explicação dada pelos autores do relatório mencionado para esta discrepância de dados é que **as travestis nem sempre denunciam as violações às autoridades porque temem retaliações e abuso policial** (Brasil, 2012b). Também pode ser que as autoridades não estejam treinadas para registrar corretamente tais tipos de violações e muitas vezes classificam travestis como gays erroneamente.

Outro ponto que merece destaque é que 40,55% das vítimas eram afro-descendentes (7,50% identificados como pretos e 33,05% como pardos³¹), enquanto apenas 26,84% identificaram-se como brancos; destacando argumentos apresentados por Waiselfisz (2012) de que afro-descendentes ainda são a população mais vulnerável à violência no Brasil.

GRÁFICO 5



Adaptado de: Brasil (2013, p.25)

Como resultado, podemos inferir que o número expressivo de vítimas identificadas como travestis e afro-descendentes confirma a afirmação feita no Capítulo 3, em relação ao tipo interseccional de discriminação enfrentados pela comunidade LGBT no Brasil, onde **a própria raça/herança étnica,**

³¹ "Pardo" é uma palavra na língua portuguesa, que incorpora vários tons de "marrom", variando de branco a negro – usado pelo IBGE como uma categoria abrangente para os brasileiros multi-raciais.



juntamente com a orientação sexual e/ou identidade de gênero criam uma hierarquia de poder e provocam discriminação dentro das próprias comunidades LGBT e na sociedade brasileira em geral.

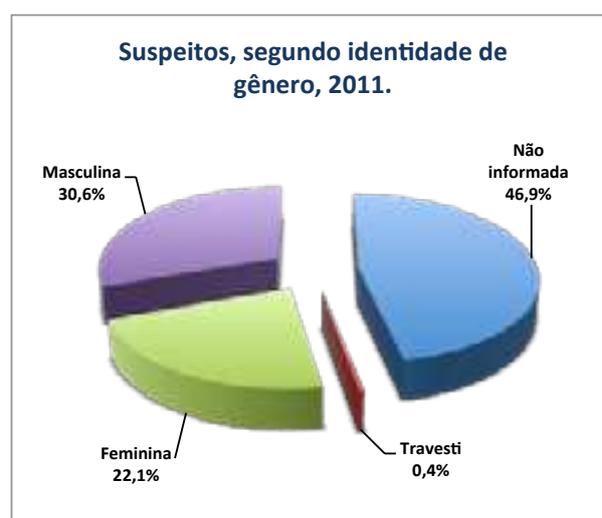
Da mesma forma, Avelar, Brito & Mello (2010) argumentam que **mulheres, afro-descendentes e populações mais pobres são ainda mais vulneráveis a situações de discriminação no Brasil, quando tal discriminação está associada à sua orientação sexual e identidade de gênero.** Tal afirmação é também sustentada por Frankel (2013), que examinou as violações de direitos humanos contra a população trans* afro-brasileira. O autor concluiu que as violações mais graves sofridas por tal segmento incluem a discriminação e a violência com base na raça e na identidade de gênero, a violência perpetrada pela polícia, o acesso inadequado à educação e ao emprego devido à discriminação racial e de gênero, a falta de reconhecimento jurídico e de proteção com base em identidade e expressão de gênero.

Essas violações ocorrem em várias formas, tais como assédio verbal e sexual, discurso de ódio, ameaças, tortura, execuções extrajudiciais e representam uma “culminação de intersecções profundamente enraizadas entre racismo e transfobia” que são manifestadas e “representadas por fluxos constantes de violência, humilhação e exclusão às quais mulheres trans afro-descendentes estão constantemente sujeitas” (Frankel, 2013, p.26). A falta de representação política no ativismo somada à falta de proteção legal exacerba a luta da população trans* afro-brasileira, que

continua em grande parte invisível, já que é sistematicamente marginalizada pelo insuficiente reconhecimento da interseccionalidade entre raça/herança étnica, orientação sexual, identidade de gênero e expressão.

Também é importante mencionar que, de acordo com os relatórios governamentais acima mencionados (Brasil, 2012b; 2013), presume-se que os autores mais suspeitos de atos homofóbicos são homens heterossexuais (ver gráficos abaixo), o que reforça a ideia de que “a sociedade brasileira ainda é extremamente sexista, machista e misoginista” (Brasil, 2012b, p.116) e que aqueles que fogem desta heteronormatividade podem ser punidos com violência e discriminação. Até os heterossexuais também podem ser vítimas de homofobia e transfobia, quando aparentam ter uma orientação sexual e/ou identidade de gênero diferente, que não está de acordo com as expectativas da sociedade heteronormativa (Brasil, 2013, p.11).

GRÁFICO 6



Adaptado de: Brasil (2012b, p.32)



GRÁFICO 7



Adaptado de: Brasil, 2012b, p.33.

4.3 Assassinatos de pessoas LGBT

Até agora, discutimos os registros oficiais de violência contra as pessoas LGBT, conforme consta os recentes relatórios do governo brasileiro. Organizações da sociedade civil têm acompanhado a situação desde os anos 80, principalmente registrando o número de assassinatos de pessoas LGBT. Os dados mais conhecidos sobre o assunto foram coletados anualmente pelo Grupo Gay da Bahia (GGB). No relatório de 2013, foi revelado um total de 338 assassinatos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans* no país, 27% a mais que no ano anterior. A maioria das vítimas eram gays (56%), seguido de travestis (37%), lésbicas (5%) e bissexuais (1%) (GGB, 2013, p.1) - o que confirma as tendências observadas nos relatórios do governo anteriormente mencionados.

O relatório GGB mostra que a região Nordeste é a mais homofóbica/transfóbica,

uma vez que uma proporção significativa de homicídios ocorreu lá - 45% do total. O Rio de Janeiro, localizado na região Sudeste, está entre os estados com menor número de assassinatos - com 0,8 mortes para cada milhão de habitantes. No geral, há uma média de 1,7 vítimas LGBT, no caso de homicídios, a cada milhão de habitantes no país (GGB, 2013, p.2).

De acordo com o coordenador da pesquisa e ativista LGBT de longa data, o professor Luiz Mott, estes números correspondem a apenas uma percentagem do valor real dos assassinatos cometidos contra a comunidade LGBT, uma vez que são baseados principalmente em dados publicados em jornais, na internet e enviados por outras organizações da sociedade civil. Ele também destaca o fato de que apenas 27% dos assassinatos em 2012 foram resolvidos e os suspeitos identificados, o que revela um "alto índice de impunidade nesses crimes de ódio e grave homofobia e transfobia institucional/policial que resulta na falta de investigação de tais homicídios por parte da polícia" (GGB, 2013, p.2).

Insta destacar a tendência observada no relatório do GGB, no qual a maioria dos homens homossexuais foram assassinados em suas próprias casas, o que indica que as vítimas, provavelmente, conheciam os suspeitos, e a maioria das travestis foram assassinadas nas ruas, o que pode indicar que, provavelmente, os crimes estavam relacionados ao trabalho sexual. De fato, a pesquisa mostra que 45% das vítimas eram profissionais do sexo (GGB, 2013, p.3), o que corrobora nossa afirmação feita no capítulo anterior sobre a vulnerabilidade de tal segmento. **Profissionais do sexo, principalmente pessoas trans*, estão mais expostas à violência, uma vez que**



trabalham nas ruas e em condições muito precárias e inseguras.

Por fim, o relatório conclui que 99% dos assassinatos contra pessoas LGBT foram motivados por diferentes tipos de homofobia,

(...) homofobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade e quer lavar com o sangue seu desejo reprimido; seja a homofobia cultural, que pratica bullying e expulsa as travestis para as margens da sociedade onde a violência é endêmica; seja a homofobia institucional, quando o Governo não garante a segurança dos espaços frequentados pela comunidade LGBT (...) (GGB, 2013, p.4).

A maioria dos trabalhos acadêmicos sobre a questão da violência contra as pessoas LGBT no Brasil sugere que o maior problema no país é a falta de leis que impeçam os crimes de ódio motivados por homofobia e transfobia³², conforme já citado, e a ineficiência da polícia ao tentar resolver esses crimes e punir os agressores, como observado pelo relatório de 2013 do GGB. Martins, Fernandes e Nascimento (2010) explicam que tais problemas só contribuem para perpetuar a discriminação e a violência com base na orientação sexual ou identidade de gênero, deixando esses grupos em uma posição muito vulnerável na sociedade brasileira. Os autores ressaltam a necessidade urgente de reforçar as medidas de segurança pública, a fim de combater e erradicar a violência homofóbica/transfóbica e garantir a segurança de todas as pessoas LGBT no Brasil.

³² Ver o apêndice para mais informações sobre os direitos LGBT no Brasil.

4.4 Homofobia e transfobia no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro é considerada a capital gay do Brasil, não só porque é o destino mais popular para os turistas LGBT, mas também porque atrai um grande fluxo de negócios voltados para pessoas LGBT - tornando-se a cidade mais *gay-friendly*³³ do país. No entanto, não é uma zona livre de discriminação e violência homofóbica e transfóbica.

Nos relatórios do governo sobre violência homofóbica mencionados acima, o estado do Rio de Janeiro foi o 13º estado brasileiro com o maior número de denúncias em 2012 (Brasil, 2013, p.56). Foram registrados um total de 217 casos relacionados a 544 diferentes violações contra a população LGBT naquele ano, entre as quais 217 se referem à violência psicológica, 198 à discriminação, 96 a violência física, 16 à negligência, 7 à violência sexual, 6 à violência institucional e de 4 ao abuso financeiro e econômico (Brasil, 2013, p.78).

O Programa Rio Sem Homofobia - do governo do Estado do Rio - publicou recentemente os resultados de uma pesquisa com base nos dados coletados em 2012 pelo Disque Cidadania LGBT e pelos Centros de Referência LGBT³⁴ a respeito de casos de violência homofóbica/transfóbica no estado do Rio de Janeiro.

Os resultados mostram que, de todas as chamadas recebidas pelo Disque

³³ Para a pesquisa sobre o turismo LGBT na cidade do Rio de Janeiro, ver: <http://www.cedsrio.com.br/site/noticias/2014-04/prefeitura-do-rio-divulga-pesquisa-sobre-impacto-economico-do-turista-lgbt-no-carna>

³⁴ Centros financiados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que provêm assessoria jurídica, psicológica e assistência social para a comunidade LGBT, sem nenhum custo, ao mesmo tempo que ajudam a combater a homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero.



Cidadania LGBT, 29,8% dos relatos eram relacionados à violência homofóbica, dos quais mais do metade (52,6%) eram casos de abuso verbal e 7,8% de violência física. A localização dos casos homofóbicos e transfóbicos relatados também ilustram a amplitude de tais abusos - 19,2% dos casos ocorreram em locais de culto religioso, 16,9% no trabalho, 15,9% dentro do ambiente familiar e 15,7% no bairro das vítimas (Rio de Janeiro, 2012, p.41).

De todos os casos recebidos pelos Centros de Referência LGBT, 45,2% se referem ao abuso verbal e 38,2% à violência física. A maioria dos casos ocorreu na unidade familiar (26,6%) ou no local de trabalho (16,7%), e 62,7% dos suspeitos do crime eram do sexo masculino, confirmando as tendências observadas no restante do país pelo relatório do governo brasileiro. Os crimes foram ainda divididos por tipo, sendo 36,3% “crimes contra a integridade física” (27 homicídios e 262 casos com lesões físicas), 29,1% crimes contra a “honra da pessoa”, e 22,5% envolvendo atos criminosos contra a propriedade privada (Rio de Janeiro, 2012, p.45).

Além disso, durante uma pesquisa realizada na Parada do Orgulho LGBT de 2011 pela Prefeitura do Rio, 66% relataram já ter sofrido algum tipo de discriminação com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero, seja na escola, no trabalho, como em suas casas ou bairros³⁵. Um estudo similar, produzido pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos na Parada LGBT de 2004, revela que 33,5% dos entrevistados sofreram discriminação por parte de

amigos ou vizinhos, 27% por membros da família, 26,8% na escola/universidade, 20,6% na igreja, 18% em empresas (estabelecimentos que prestam serviços, como restaurantes, lojas, etc) ou locais de lazer, 11,7% no local de trabalho e 11,15% por prestadores de serviços de saúde (Carrara e Ramos, 2005, p.77), como mostrado no quadro a seguir:

GRÁFICO 8



Adaptado de: Carrara and Ramos, 2005, p.77.

Os dados também revelam que, **tanto em suas famílias como em seus bairros, as lésbicas são as que sofrem mais exclusão ou marginalização, seguido por pessoas trans***. Quando se trata de discriminação no local de trabalho ou em serviços de saúde, as pessoas trans* são as que mais sofrem, com 35,3% e 25% de entrevistados trans* que foram vítimas de discriminação nas respectivas áreas (Carrara e Ramos, 2005).

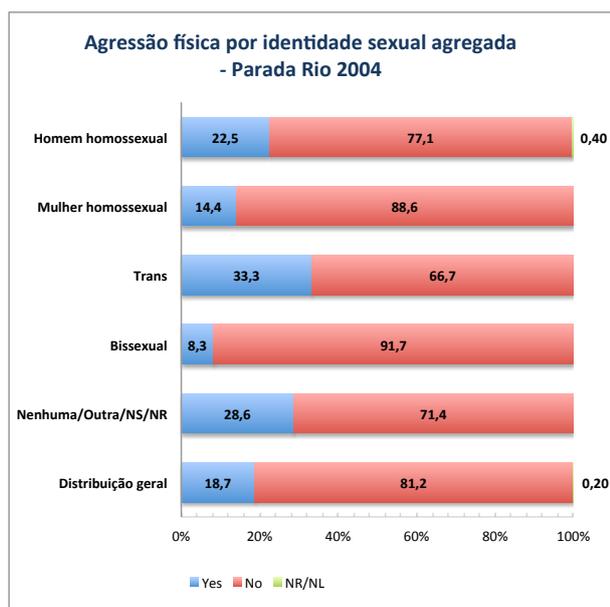
³⁵ Ver “Pesquisa aponta que 73% dos presentes à Parada LGBT já sofreram discriminação”, Jornal do Brasil. <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/11/24/pesquisa-aponta-que-73-dos-presentes-a-parada-lgbt-ja-sofreram-discriminacao/>



Estes números confirmam a constatação feita no início deste capítulo de que a violência homofóbica também está relacionada ao gênero, e aqueles que se identificam como sendo do sexo feminino são as principais vítimas, comprovando, pois, que o machismo e a misoginia são traços persistentes na sociedade brasileira.

Adicionalmente, o estudo apresenta alguns dados sobre as situações de violência física sofrida por pessoas LGBT e destaca que os gays e pessoas trans*, especialmente travestis, estão em sua maioria em situação de risco, como ilustrado no gráfico abaixo.

GRÁFICO 9

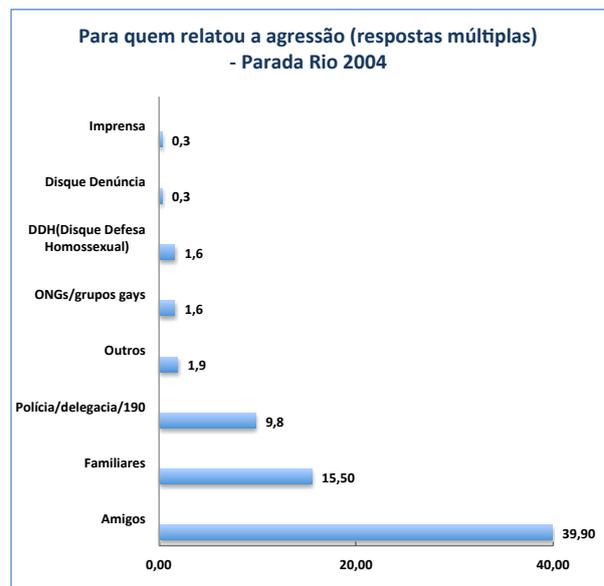


Adaptado de: Carrara and Ramos, 2005,p.86.

Para piorar essa situação, apenas uma pequena porcentagem das vítimas relatou os casos às autoridades (9,8%). A maioria prefere conversar com amigos (39,9%) ou familiares (15,5%), com medo de se exporem e pelo o risco de sofrerem ainda mais discriminação (Carrara e Ramos, 2005, p.97), confirmando a discussão

anterior sobre a sub-notificação dos casos, como apresentado pelo gráfico abaixo:

GRÁFICO 10



Adaptado de: Carrara and Ramos, 2005,p.97.



Um dos gays entrevistados em nosso trabalho de campo



5. METODOLOGIA

5.1 Introdução: abordagem metodológica geral

Esta investigação empírica teve como finalidade produzir conhecimento sobre a relação entre pobreza, orientação sexual e/ou identidade de gênero no Rio de Janeiro, utilizando, como ponto de partida, pesquisas e relatórios já existentes sobre a situação da pobreza e a situação social das pessoas LGBT no Brasil e no Rio. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, considerada a mais apropriada para o tema do relatório, permitindo à equipe da Micro Rainbow International (doravante MRI) envolver-se diretamente com os indivíduos LGBT que vivem em situação de pobreza - o que dificilmente seria possível com outros métodos. O método qualitativo de coleta desse tipo de dados também permitiu que a equipe da MRI utilizasse a experiência de vida dos indivíduos para sustentar os argumentos apresentados ao longo do relatório.

5.2 Métodos de pesquisa

A fim de guiar as entrevistas, a equipe da MRI preparou uma proposta de questionário, que foi revisada por um grupo de acadêmicos e ativistas para garantir a sua relevância. A proposta foi traduzida para o Português e foi testada e revisada antes de ser aplicada a um grupo de amostra. O questionário continha 40 questões divididas em quatro seções, visando a coleta de dados pessoais e sociais sobre a vida dos entrevistados, suas experiências em relação a discriminação

com base na orientação sexual e/ou identidade de gênero e da suas atuais situações econômicas e de emprego. Cada indivíduo que aceitou falar conosco e compartilhar sua história recebeu uma pequena contribuição financeira - pelo tempo cedido e pelos custos de transporte. Algumas das entrevistas foram realizadas *in loco* (nos escritórios de nossos parceiros ou nas comunidades) - com a assistência de alguns parceiros no trabalho de campo - e outras foram realizadas na sede do Centro de Referência em Cidadania LGBT, junto ao programa Rio Sem Homofobia.

5.3 Foco do trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado entre Setembro e Dezembro de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. Em Setembro e Outubro, o foco foi pesquisar a situação da pobreza da população LGBT no Rio de Janeiro, onde a MRI se reuniu com parceiros locais, que ajudaram na criação do grupo amostral. Durante esse tempo, o questionário das entrevistas também foi preparado e logo usado durante o mês de Novembro. Foi tomada a decisão de focar a pesquisa na pobreza urbana, já que seria difícil coletar dados de pessoas LGBT que vivem em situação de pobreza em áreas rurais com os recursos disponíveis à época. Ademais, nossos parceiros locais não possuíam experiência e contato com pessoas LGBT de áreas rurais. No entanto, com a ajuda desses parceiros, a equipe de pesquisa conseguiu chegar até pessoas que viviam tanto nas áreas metropolitanas, quanto nas áreas remotas do Rio (incluindo



o complexo de favelas da Maré e a Baixada Fluminense).

5.4 Parceiros do trabalho de campo

Em setembro de 2012, a equipe da MRI abordou o programa Rio Sem Homofobia do Governo do Estado do Rio de Janeiro visando discutir idéias para o trabalho de campo. O objetivo era conectar-nos com uma agência governamental local e com sua rede, experiência e conhecimento sobre o tema de pesquisa, afim de melhorar as chances de criação de uma amostra robusta e realizar um trabalho de campo bem sucedido. A equipe se reuniu com o coordenador do programa, Cláudio Nascimento, ativista LGBT no Brasil que atualmente ocupa o cargo de Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do RJ. Na ocasião, o Superintendente saudou a iniciativa e ajudou nossa equipe a criar a amostra para a pesquisa, nomeando uma de suas funcionárias, Majorie Marchi, que também é ativista trans* e fundadora da organização trans* Astra-Rio. Majorie contribuiu, pois, para conectar a equipe da MRI com as organizações locais, as quais reuniram pessoas LGBT de baixa renda no Rio e que estavam dispostas a serem entrevistadas.

As seguintes organizações colaboraram para esta pesquisa: Grupo Conexão G, Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro (Astra-Rio), o Grupo de Emancipação e Luta pela Livre Orientação Sexual (Grupo Ellos), o Grupo Arco-Íris, além do Empório Almir Franca. A Astra-Rio ajudou no contato com a maioria das transexuais e travestis

entrevistadas; o Conexão G, que é a única organização que trabalha diretamente com pessoas LGBT moradoras de favelas, colocou a equipe em contato direto com pessoas que vivem no complexo de favelas na Maré; o Empório Almir Franca, um atelier de moda que emprega jovens LGBT, abriu as suas portas para a equipe da MRI entrevistar membros de sua equipe; o Grupo Ellos, localizado na cidade de Nova Iguaçu (na Baixada Fluminense), fora da região metropolitana do Rio, trouxe alguns de seus membros para conversar com a MRI. Finalmente, consultamos o Grupo Arco-Íris, a mais antiga organização LGBT no Rio, em uma variedade de questões relacionadas à comunidade LGBT local.

5.5 Os participantes

Com a ajuda do superintendente Cláudio Nascimento e da gestora Majorie Marchi, primeiro mapeamos algumas áreas do Rio de Janeiro onde poderíamos encontrar um número razoável de lésbicas, gays, bissexuais e trans* que vivem em situação de pobreza. Eles sugeriram termos como alvo as pessoas pertencentes às classes C, D e E³⁶, nas seguintes áreas: Centro, favelas do Alemão e da Maré, Zona Oeste e Baixada Fluminense. Em seguida, nos ajudaram a entrar em contato com as organizações interessadas, facilitando o agendamento das entrevistas e de reuniões, bem como visitas nos locais selecionados. O Centro de Referência da Cidadania LGBT também nos ajudou a identificar pessoas dispostas a serem

³⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define as classes sociais do Brasil com 5 categorias, divididas de acordo com a renda mensal familiar, conforme a quantidade de salários mínimos (sm); A (mais de 20 sm), B (de 10 a 20 sm), C (de 5 a 10 sm), D (de 2 a 4 sm) e E (abaixo de 2 sm). Para mais informações, ver: <http://www.ibge.gov.br/>



entrevistadas e permitiu que utilizássemos suas instalações para algumas das entrevistas.

5.6 Análise de Dados

De janeiro a maio de 2013, os questionários realizados durante o trabalho de campo foram revisados e traduzidos para a língua inglesa, já que as entrevistas foram feitas em Português. Os dados coletados foram então analisados, usando uma perspectiva de análise descritiva, que ajudou a interpretar as respostas dadas nos questionários. A análise dos dados e a elaboração do relatório foram realizadas entre Junho e Dezembro de 2013. A proposta foi então revisada por um consultor externo entre Fevereiro e Maio de 2014.

5.7 Limitações do estudo

Entrevistamos, ao todo, 46 pessoas que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro. Embora reconheçamos que o grupo é relativamente pequeno, deve-se salientar que o objetivo desta pesquisa não é criar uma grande análise estatística e exaustiva sobre o tema, mas sim aumentar a consciência e produzir conhecimento sobre a situação das pessoas LGBT que

vivem em situação de pobreza no Rio, tema pouco explorado pela academia, pela sociedade civil, por gestores públicos e outros atores relevantes. Este estudo também busca interpretar melhor estas realidades, destacar possíveis tendências, e identificar novas áreas carentes de pesquisa.



Gilmara Santos, presidente do Grupo Conexão G

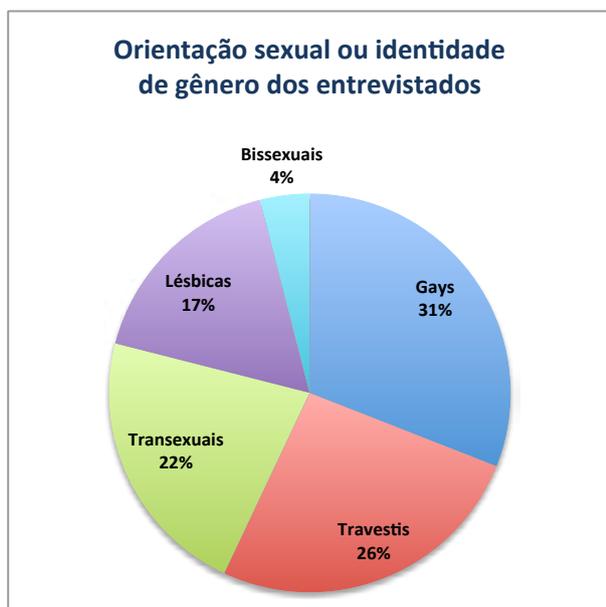


6. DISCUSSÃO E RESULTADOS

6.1 Demografia: perfil dos entrevistados

Um total de quarenta e seis pessoas foram entrevistadas: oito delas se identificaram como lésbicas, quatorze como gays, dois como bissexuais, dez como transexuais e doze como travestis.

GRÁFICO 11



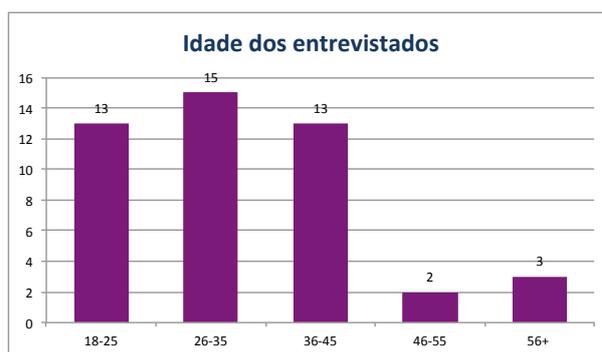
Quando perguntados em que área do Rio residem, dezenove pessoas disseram que vivem na Zona Norte, cinco na Zona Oeste e dez na Baixada Fluminense (todas essas áreas são conhecidas por serem habitadas por pessoas de baixa renda). Dez pessoas responderam que vivem no Centro, enquanto apenas dois vivem na Zona Sul (que é considerada uma região nobre da cidade).

A fim de descobrir sua origem étnica/racial, foram utilizadas as mesmas categorias do

censo demográfico nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³⁷. De acordo com esta classificação, nove dos entrevistados responderam que eram “brancos”, treze eram “negros” e vinte e quatro eram “pardos”.³⁸

No que tange à idade, a maioria dos entrevistados (41) tinha entre dezoito e 45 anos e apenas cinco tinham mais de quarenta e seis.

GRÁFICO 12



6.2 Educação

Apenas três dos quarenta e seis entrevistados jamais tinham ido à escola. Dos quarenta e três que já tinham ido, vinte e sete frequentaram escolas públicas, cinco foram para escolas públicas e privadas e onze não sabiam ou não quiseram responder se suas escolas eram públicas ou privadas.

³⁷ Para mais informações, ver: <http://www.ibge.gov.br/english/>

³⁸ “Pardo” é uma palavra da língua portuguesa, que incorpora vários tons de “marrom”, variando entre branco e negro e é usada pelo IBGE como uma categoria abrangente para brasileiros multirraciais.



A qualidade da educação pública no Brasil há anos é conhecida por ser baixa e somente aqueles pertencentes às classes média e alta normalmente são capazes de frequentar escolas privadas³⁹. É importante notar, logo, que nenhum dos entrevistados afirmou ter estudado em escola privada - o que poderia indicar que eles estavam vivendo em situações de pobreza e/ou não tinham dinheiro suficiente para pagar por uma educação de qualidade.

Outra indicação de situação de pobreza é o fato de que nenhum dos entrevistados que frequentaram a universidade foi capaz de completá-la. Dezesseis deles apenas completaram o ensino fundamental, enquanto vinte e cinco concluíram o ensino médio. A razão mais comum para as pessoas terem abandonado a escola (mencionada em vinte e três das entrevistas) é a falta de recursos financeiros e a necessidade de encontrar um emprego para sustentar a si e/ou suas famílias. Seis pessoas pararam de estudar por causa da discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, enquanto outros largaram os estudos por causa de problemas de saúde e problemas familiares. Os trechos a seguir mostram algumas das razões apresentadas pelos entrevistados por não terem continuado seus estudos:

Por que você parou de estudar?"

*Aos 16 anos, porque eu não era aceita na escola como uma pessoa trans**

Porque eu era pobre, não tinha comida, nem condições de estudar. Além disso, eu tive que trabalhar desde a minha infância para ganhar a vida

Eu não frequentei a escola, porque eu tinha que ajudar a minha família; depois fiquei sem casa e comecei a roubar e a me prostituir

Eu nem cheguei a considerar ir para universidade, pois estava passando por meu processo de transição e tive que lidar com muitas coisas

Eu parei meus estudos, porque eu não tinha estabilidade emocional, eu era constantemente vítima de preconceito por ser trans. Além disso, eu comecei a me prostituir à noite e não podia frequentar as aulas*

Eu tive que me prostituir para ajudar os meus irmãos e aos 8 anos de idade eu acabei me envolvendo com o tráfico de drogas

Porque eu tinha que trabalhar e não recebia o apoio da minha família

Eu não fui para a faculdade porque não tinha dinheiro para pagar meus estudos

³⁹ Ver Estevan (2012) para mais detalhes sobre esse tema.



6.3 Condições de Moradia

Quando perguntados sobre suas condições de moradia, vinte e cinco dos entrevistados disseram que vivem com suas famílias, quatro moram com seu namorado ou namorada e seis com seus amigos. Dentre eles, dezesseis vivem com apenas uma pessoa, outros dezesseis moram com duas a quatro pessoas e três disseram que convivem com mais de quatro pessoas. Dez dos entrevistados moram por conta própria, enquanto uma pessoa é sem-teto (desabrigada).

GRÁFICO 13



Quando questionados sobre suas despesas mensais, vinte e sete responderam que possuem condições de pagá-las, enquanto dezenove (41%) afirmaram o contrário. As principais razões apresentadas para isso podem ser resumidas em uma das respostas dadas por um entrevistado:

“... porque eu não tenho uma renda fixa, não recebo benefícios sociais, e às vezes preciso me prostituir para ganhar alguma grana”.

As principais despesas identificadas pelos entrevistados são comida, contas, transporte e aluguel. Apenas duas pessoas

mencionaram “educação” como uma de suas despesas mensais.

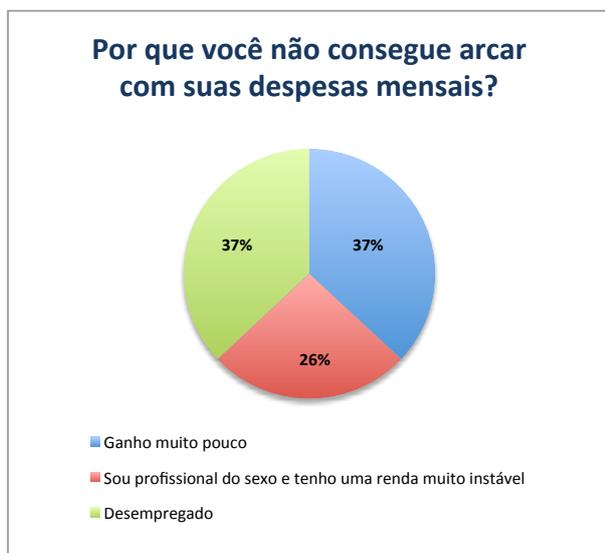
Quando consultados se recebem qualquer tipo de apoio de seus familiares, amigos ou parceiros, a fim de pagar suas despesas, mais da metade dos entrevistados (57%) pessoas disseram que “sim”, enquanto o restante (43%) respondeu negativamente. Daqueles que responderam positivamente, dezoito disseram que recebem apoio de seus familiares, quatro de seus parceiros, um de seus amigos e um disse que recebe uma cesta básica do governo como parte do programa de apoio a pessoas que vivem com o HIV. No entanto, das dezoito pessoas que recebem apoio, apenas quatro declararam receber dinheiro, enquanto o resto recebe outros tipos de apoio (principalmente alimentos e moradia).

Ademais, dos 57% dos entrevistados que recebem algum tipo de apoio para pagar suas despesas de subsistência, 69% recebe assistência principalmente de seus familiares. Esses dados indicam que, devido aos nossos entrevistados viverem em situações de pobreza, eles ainda dependem de suas famílias e necessitam deles para suprir suas necessidades básicas, como alimentação e moradia.

Além disso, é importante mencionar dos 41% que não podem pagar por suas despesas mensais, 37% estão desempregados e outros 37% ganham muito pouco, como mostra o gráfico 14. 26% destes entrevistados afirmaram ter uma fonte de renda muito instável por serem profissionais do sexo.



GRÁFICO 14



Os salários variam e três pessoas relataram ganhar abaixo de R\$ 800 por mês, quantidade um pouco acima do salário mínimo (atualmente, o salário mínimo no Brasil é de R\$ 678)⁴¹. Seis pessoas alegaram ganhar entre R\$ 800 e R\$ 1000, outras seis pessoas recebem entre R\$ 1000 e R\$1200 e apenas um dos entrevistados ganha mais de R\$1200. Dois entrevistados não forneceram qualquer informação sobre os seus rendimentos.

GRÁFICO 16



6.4 Ocupação

Apenas dezoito (39%) dos entrevistados responderam que estão empregados⁴⁰. Seus trabalhos variam e as profissões mais comuns são de secretária(o), assistente de loja e trabalho em ONGs. Outros trabalhos incluem produtor(a) de eventos, professor(a), garçom/garçonete e cabeleireiro(a).

GRÁFICO 15



Quando questionados sobre as razões por não terem emprego, as respostas mais comuns dos vinte e oito entrevistados foram: são analfabetos ou não possuem nenhuma qualificação (7); lhes falta oportunidades no mercado de trabalho (5); ou têm problemas de saúde (4), o que os impede de ter um bom desempenho no trabalho. Duas pessoas mencionaram que não conseguem encontrar emprego porque têm medo de sofrerem discriminação no trabalho com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero e, assim, preferem fazer outros trabalhos informais.

É importante notar aqui que cinco das entrevistadas responderam que não possuem emprego formal por serem

⁴⁰ Um cargo remunerado com contratação regular, de tempo integral ou parcial.

⁴¹ Para mais informações sobre salário mínimo, ver: <http://br.adfvn.com/indicadores/salario-minimo>



travestis, o que as impede de encontrar outros tipos de emprego que não seja o trabalho sexual. Esta é uma situação comum para muitas travestis no Brasil e em outros países, conforme discutido nos capítulos anteriores. Por serem vítimas de estigmas e discriminação, elas se tornam social e economicamente marginalizadas e, conseqüentemente, a única fonte de renda que encontram é o uso de seus próprios corpos para o trabalho sexual.⁴²

Ainda, há um problema de baixa auto-estima presente nas respostas das entrevistadas. As cinco responderam de forma muito semelhante, afirmando primeiramente que, por serem travestis, logo só podem realizar trabalhos sexuais. Estas respostas indicam que seus níveis de auto-estima são tão baixos que elas não acreditam que possam realizar outro trabalho que não seja relacionado à prostituição.⁴³

Aliás, quando perguntamos aos entrevistados quais outras atividades remuneradas realizavam (empregos informais ou ocasionais), a resposta mais comum foi “trabalho sexual”, mencionado por onze pessoas. Outras respostas comuns incluíram babá (3), garçõnete (2) e atuação em espetáculos (2).

A questão da baixa auto-estima também esteve presente nas respostas para a pergunta “Você acha que deve ganhar mais?”. 10 pessoas disseram “não”, pois não acreditam que poderiam conseguir um emprego melhor e, assim, ganhar

um salário maior. Há uma combinação de razões para a baixa auto-estima tão presente na vida dessas pessoas. Sabe-se que pessoas que vivem em situação de pobreza se sentem mais impotentes sobre as suas dificuldades, e não acreditam que podem sair dela devido à contínua marginalização (tanto econômica, quanto social). **Essa impotência pode ser ainda mais agravada quando associadas à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero - realidades que são ainda mais marginalizadas devido às atitudes homofóbicas e transfóbicas da sociedade brasileira. Tais complexidades alienam indivíduos dos meios e/ou oportunidades exigidas pela sociedade para saírem da situação de pobreza e das realidades de discriminação, abusos e violência.**

Por outro lado, trinta e seis entrevistados crêem que possam ganhar mais caso encontrem “um trabalho decente” (7), se abrirem seu próprio negócio (6), se trabalhassem como cabeleireiros (4), como cozinheiros (3), como professores (2) ou para uma ONG (2). Apenas duas pessoas argumentaram que seriam capazes de ganhar mais caso tivessem mais qualificações. Outros dois acreditam que poderiam ter uma renda maior caso fossem profissionais do sexo no exterior.

A partir das respostas recebidas, observa-se que as **pessoas LGBT que vivem na pobreza no Rio de Janeiro estão em situações de trabalho precárias. Elas estão propensas a realizar atividades de geração de renda eventuais e informais, e possuem fontes irregulares de renda, ao invés de serem contratados formalmente, o que, por sua vez, os expõe a uma maior exploração e ao aumento da pobreza.**

⁴² Ver Garcia (2008) para mais detalhes sobre o envolvimento de travestis no trabalho sexual no Brasil.

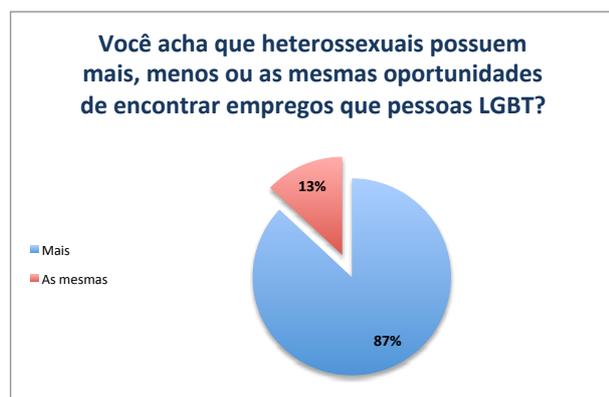
⁴³ Insta observar que não somos contrários ao trabalho sexual ou expressamos algum juízo de valor a respeito. Apenas acreditamos que profissionais do sexo no Brasil, assim como em outros países, estão em situações vulneráveis e em posição marginalizada na sociedade. Além disso, trabalham em condições perigosas, já que essa profissão não é legalmente regulamentada e, portanto, estão sujeitos a todos os tipos de violência e abusos, assim como riscos às suas saúde e vida.



6.5 Mercado de Trabalho

Há uma percepção comum entre os nossos entrevistados sobre a desigualdade no mercado de trabalho. Quando perguntamos se eles acreditavam que pessoas heterossexuais possuem mais, menos ou as mesmas oportunidades em relação à população LGBT quando buscam empregos, 86% (quarenta pessoas) responderam “mais” e apenas 14% (seis pessoas) disseram “o mesmo”.

GRÁFICO 17



Dessas quarenta pessoas, vinte e duas acreditam que os indivíduos heterossexuais têm mais oportunidades de emprego, já que enfrentam menos preconceito, estigma e discriminação em relação às pessoas LGBT.

Nove dos entrevistados - que se identificaram como lésbicas, gays ou bissexuais - crêem que heterossexuais possuem mais oportunidades apenas se comparados às pessoas trans*, pois estas “não podem esconder quem são, enquanto gays e lésbicas podem ser discretos e parecerem ‘normais’ se o desejarem” (um entrevistado, com idade entre 26-35 anos, que se identifica como transexual). Os outros seis mencionaram

que apenas “lésbicas masculinas ou gays afeminados” têm menos oportunidades do que lésbicas, gays ou bissexuais que agem de forma “normativa”.

Tais pensamentos reforçam o argumento de que esconder a orientação e/ou identidade de gênero – as consideradas não-normativas - resulta em um maior acesso a oportunidades de emprego. **Aparentar ser uma pessoa heterossexual cisgênero proporciona não apenas mais oportunidades, mas também um aumento na auto-estima das pessoas, pois acreditam que podem, desta forma, ter maior acesso ao mercado de trabalho.** Foi claramente expresso por quinze dos entrevistados que as expectativas heteronormativas em aparências, comportamentos e atitudes excluem aqueles indivíduos LGBT que não se encaixam nessas rígidas normas. Isso confirma percepções sociais de que pessoas LGBT possuem menos oportunidades de empregos. Esta informação é corroborada pelas seguintes respostas dos entrevistados, que acreditam que lhes são oferecidos empregos de baixa remuneração simplesmente por causa de sua sexualidade ou aparência, como mostra a tabela abaixo:

Porque há muitos estereótipos negativos associados aos gays, e que são agregados a outros tipos de preconceito (por ser pobre, negro, favelado) . Além disso, as pessoas LGBT estão restritas aos mesmos tipos de trabalhos: salões de beleza, ONGs, etc. Os estigmas são ainda maiores se a pessoa é um gay ‘afeminado’ e, conseqüentemente, ele terá ainda menos oportunidades.



Depende de como se vestem, como se comportam. Se ela se veste como um homem, de uma forma masculina, ninguém vai contratá-la.

Porque elas [trans] são muito estigmatizadas, especialmente as travestis. As pessoas pensam que elas vão roubar, dormir com os seus maridos, etc.*

Acredito que muitos gays e trans são bem melhores e mais capazes do que os heteros, mas possuem menos oportunidades devido ao preconceito.*

A discriminação contra gays começa com as entrevistas de emprego, há sempre um comentário ou candidato homofóbico e eles sempre preferem contratar heterossexuais.

Apenas em relação às trans, porque elas são estigmatizadas e associadas à prostituição e à bagunça. As pessoas não as levam a sério.*

Não só os heteros, mas também gays e lésbicas que são discretos e se encaixam nos padrões heteronormativos têm mais vantagens. No entanto, para travestis e transexuais o estigma é maior porque eles não seguem os padrões aceitáveis socialmente e não é possível esconder a sua transexualidade.

Porque o mundo é hipócrita! Obviamente!

Muitos LGBTs se tornam profissionais autônomos porque têm dificuldade de entrar no mercado de trabalho, devido ao preconceito e à patologização.

Porque a sociedade é muito machista e se preocupa muito em como as pessoas aparentam/se comportam, com os “bons costumes”.

Depende mais da aparência e da forma em como as pessoas se vestem do que de sua orientação sexual. As lésbicas que são mais masculinas têm mais dificuldades do que aquelas que são discretas.

Quando perguntados se alguma vez sentiram que por serem LGBT ganharam mais, menos ou o equivalente aos heterossexuais, apenas quatro responderam “mais”. Vinte e cinco pessoas responderam que sempre ganharam o mesmo que seus companheiros de trabalho heterossexuais, enquanto dezessete acreditam que ganharam menos. Desses dezessete, sete acreditam que ganhavam menos, pois sentiam que seus empregadores possuíam preconceito contra pessoas trans*. Quatro acreditam que tinham um salário inferior ao de seus colegas heterossexuais, por causa de sua orientação sexual; e dois, por eles não terem educação formal. Os outros dois não forneceram nenhum motivo.

Daqueles que responderam “mais”, três não deram razão específica e um deles explicou que, por ser gay, ele sente a necessidade de se esforçar mais para realizar um bom trabalho e se destacar



de seus colegas de trabalho; portanto, ele acaba ganhando mais. Leia abaixo alguns trechos das respostas dadas:

Porque os chefes não gostam de empregar pessoas trans (eles não as contratam formalmente, nem dão benefícios, segurança social, etc.) e quando lhes oferecem emprego, pensam que estão fazendo um favor.*

Porque nós, pessoas trans, somos desprezadas, consideradas inferiores aos heterossexuais, como se nós não merecêssemos ganhar o mesmo.*

Sempre me foram oferecidos salários mais baixos do que a média, e eu acredito que isso é devido à minha identidade de gênero.

*Perdi muitas oportunidades de trabalho e fui dispensada de processos seletivos por ser trans**

Os salários (para as pessoas LGBT) ainda são muito baixos em relação a outros cargos e é difícil encontrar LGBTs, principalmente T, em cargos mais altos.

Porque eu sou gay, sempre trabalhei muito mais, sempre quis ser o melhor e, portanto, sempre me destaquei dos meus colegas de trabalho que são héteros e sempre fui convidado a fazer turnos extras e trabalhos extras.

Uma vez perdi uma vaga que estava me candidatando quando eu disse a eles que era gay.

Meu salário como professora era bem menor do que o de outros professores com as mesmas qualificações, e eu acredito que isso se deve ao fato de eu ser lésbica.

6.6 Acesso ao crédito

40% dos entrevistados (dezoito pessoas) não têm uma conta bancária e 26% (doze pessoas) têm uma conta bancária básica, sem facilidades de crédito. Apenas 28% dos entrevistados (treze pessoas) possuem um cartão de crédito e de 6% (três pessoas) também têm acesso ao crédito. Quando foi perguntado às pessoas sem uma conta bancária a razão pela qual não a possuem, a resposta geral foi a de que não ganhavam dinheiro suficiente para justificar a abertura de uma conta e manter o dinheiro em um banco, o que evidencia a situação de pobreza que estavam vivendo.

GRÁFICO 18





A maioria dos entrevistados (65%) nunca pediu um empréstimo bancário. Dezesseis pessoas já pediram um empréstimo no passado, dos quais onze pediram apenas uma vez, três pediram duas vezes e os outros dois mais que duas vezes. A opinião geral daqueles que nunca pediram empréstimo, apesar de necessitarem ajuda financeira, é de que pedir empréstimo geralmente exige muita papelada e burocracia. Por isso, preferem pedir dinheiro emprestado aos amigos ou familiares. Algumas pessoas mencionaram ainda que acreditam não serem capazes de reembolsar o empréstimo a curto ou longo prazo, já que não possuem um emprego fixo.

GRÁFICO 19



Das dezesseis pessoas que já solicitaram um empréstimo, duas delas tiveram seus pedidos rejeitados, pois não tinham renda suficiente. Das catorze pessoas cujos empréstimos foram concedidos, quatro pediram entre R\$ 500 - 1000 (cerca de US\$ 205-410), três pediram mais de R\$ 1000 e apenas um solicitou abaixo de R\$ 500. As outras seis optaram por não revelar o montante solicitado. Quando perguntado sobre a razão pela qual solicitaram o empréstimo, cinco disseram que precisavam pagar contas ou dívidas,

três queriam investir em seus negócios ou iniciar um novo, dois queriam renovar/melhorar suas casas e os outros quatro queriam usar o dinheiro para despesas pessoais. Treze dos entrevistados pediram seus empréstimos diretamente em um banco e apenas um recorreu a um agiota. Cinco delas ainda não pagaram o valor pedido, pois não possuem renda suficiente. Sete já quitaram a dívida e dois ainda estão pagando.

6.7 Benefícios sociais

Em primeiro lugar, 50% dos entrevistados já receberam algum tipo de benefício social, tais como subsídios do governo (11), os quais incluem programas de transferência de renda⁴⁴; bolsas de estudo (6), diferentes tipos de pensões (4), seguro de saúde (1) e outro tipo de benefício (1).

Quando questionados sobre como usaram o dinheiro, cinco responderam que gastaram com as despesas da casa, quatro para pagar as contas, quatro investiram em seus estudos e dois utilizaram para despesas pessoais. Seis dos entrevistados mencionaram receber uma bolsa de estudos do projeto DAMAS⁴⁵ e nove disseram receber Bolsa Família.

Além dos seis que fazem parte do projeto DAMAS, 50% dos entrevistados afirmaram que já haviam recebido alguns benefícios ou serviços devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero, incluindo aconselhamento (8), a assessoria jurídica

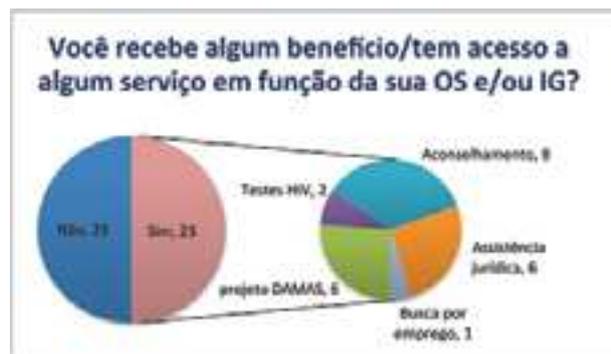
⁴⁴ Ver o Capítulo 2 para informações sobre programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Fome Zero.

⁴⁵ Um projeto pioneiro da Prefeitura do Rio de Janeiro, cujo foco é aumentar a empregabilidade e a inclusão laboral de pessoas trans*. Desde 2003, o projeto permitiu a inclusão social e profissional de travestis e transexuais através do treinamento e da promoção da educação e da empregabilidade.



(6), testes de HIV (2), assistência na busca por trabalho (1). Estes serviços/benefícios foram providos tanto por ONGs (8), o governo (14) ou universidade (1). Todos os serviços/benefícios foram gratuitos.

GRÁFICO 20



6.8 Discriminação

87% dos entrevistados (quarenta pessoas) afirmaram que já foram discriminados por causa da sua orientação sexual e identidade de gênero. Os episódios de discriminação que mencionaram ocorreram de forma generalizada: em locais públicos (32), nas escolas (28), no trabalho (20), no setor de serviços (15), em casa (9), no transporte público (3) e em estabelecimentos de saúde (2).

Ademais, foram discriminados por uma variedade de atores, incluindo prestadores de serviços (22), membros da comunidade (21), desconhecidos (17), suas famílias (8), seguranças (6), polícia (5) e líderes religiosos (2).

Abaixo compartilharemos alguns trechos dos relatos de discriminação mencionados pelos entrevistados. Serão incluídos episódios ocorridos em diversos locais públicos (incluindo os transportes públicos), em estabelecimentos do setor de serviços

e de saúde, entre outros. Em seguida, discutiremos os casos de discriminação no trabalho e nas escolas.⁴⁶

Episódios de discriminação ocorridos no núcleo familiar, em locais públicos e por parte das autoridades e de líderes religiosos.

Há 3 anos, fui abordada por traficantes de drogas e quando perceberam que eu era gay, começaram a me assediar sexualmente, fizeram piadas e me ameaçaram com uma arma.

Em 2005, em Nova Iguaçu, fui amarrada de cabeça para baixo em uma ponte - por quase uma hora - por um grupo de adolescentes que queria me assustar até que um casal passou e me salvou (trans)*

Há 8 anos, fui ameaçada de morte depois de fazer sexo com um policial, sofri agressões violentas e acabei parando no hospital (trans)*

Quando eu tentei alugar um apartamento, o proprietário não quis me dar o apartamento depois que ele percebeu que eu era uma mulher trans. Isso também aconteceu outras vezes.*

⁴⁶ Embora 9 dos entrevistados tenham relatado que sofreram discriminação em casa, eles optaram por não compartilhar suas histórias detalhadamente, provavelmente porque a maioria deles ainda vive com e/ou depende de suas famílias, como discutido anteriormente.



Esta semana um passageiro ameaçou me expulsar do ônibus porque eu estava conversando com minhas amigas travestis. Esse tipo de coisa acontece com frequência.

Durante a infância e minha adolescência, minha mãe e meu padrasto não aceitavam que eu era gay e eu sofria humilhações e agressões verbais na minha própria casa.

Um ano atrás, minha reserva de hotel foi cancelada quando chegamos lá, ao perceberem que éramos um casal de lésbicas.

No ano passado, fui espancado por homofóbicos nas ruas, de repente, sem qualquer motivo.

Eu estava em um ônibus e quando eles perceberam que eu era gay, um cara começou a me assediar, tocando-me com seu pênis para me deixar desconfortável e me chamando de “bicha” e outros nomes horríveis.

Em 2012, tive uma úlcera de córnea e não recebi o tratamento adequado de um hospital público, porque era uma travesti.

Em 2010, ao deixar uma festa em uma favela, fui assaltado por 9 “funkeiros”, que me chutaram até eu perder a consciência no chão.

Quando eu estava na prisão, era obrigada a tirar a roupa e andar nua na frente dos prisioneiros. Depois eu era “leiloadá” pelos guardas.

Em 2006, eu fui proibida de ir à igreja depois que eles descobriram que eu era lésbica.

Recentemente, um cara sentou ao meu lado no ônibus com uma faca e tentou me agredir e violar fisicamente.

Eu sempre sou vítima de discurso de ódio de pastores e pessoas religiosas na Praça Saens Peña.

Outro dia, o dono de um bar me proibiu de sentar lá só porque sou gay.

Na escola

61% dos entrevistados (vinte e oito pessoas) relataram que foram vítimas de discriminação na escola. Das dezoito pessoas que responderam “não” a esta resposta, três não estudavam, treze não eram assumidos na escola e se passavam por héteros e três foram discriminadas por outras razões. Abaixo constam algumas das respostas mais comuns quando perguntamos: “Você já sofreu *bullying* na escola devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero?”

Quando eu tinha 14-15 anos eu sofria assédio sexual, os outros alunos esfregavam seus pênis contra mim, para me deixar desconfortável e me humilhar.



Quando eu era criança, o porteiro me forçava a ter relações sexuais com ele em troca de alimentos/lanches na escola. E ele ameaçava contar para os outros, caso eu me recusasse. Um colega de classe rico também fez o mesmo; eu trocava sexo por presentes, dinheiro e comida.

Eu fui agredida verbalmente por outros estudantes, que jogavam objetos e comida em mim.

Durante toda a infância eu sofri abusos verbais e físicos por parte dos alunos e professores.

Na 5ª série, eu era perseguida depois da escola por outros alunos que me chamavam de “sapatão”.

Eu já fui xingado, apedrejado e humilhado por alunos mais velhos durante a escola primária.

Eu fui trancado no banheiro por outros estudantes e humilhado pelos professores.

Fui expulsa da escola na 5ª série pelo diretor quando comecei a me vestir como mulher.

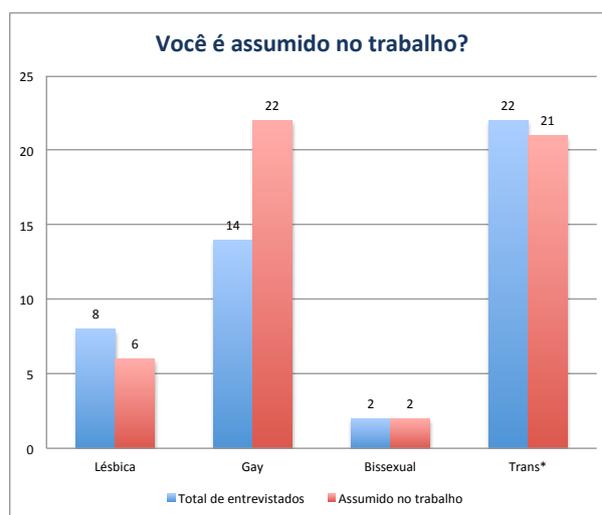
No trabalho

Trinta e nove dos entrevistados afirmaram serem assumidos no trabalho⁴⁷(dos quais vinte e um são trans*, onze são gays, seis são lésbicas e um é bissexual). Quando perguntamos para os não-assumidos o porquê de não revelarem sua orientação sexual ou identidade de gênero no local

⁴⁷ Inclui emprego formal e atividades informais/irregulares.

de trabalho, quatro disseram que tinham medo das reações dos chefes e dos colegas, dois não têm vontade de contar a ninguém - já que isso faz parte da suas vidas privadas, e um ainda não é assumido nem mesmo para sua família.

GRÁFICO 21



Quando questionados se tiveram problemas no trabalho devido a sua orientação ou identidade de gênero sexual, vinte pessoas disseram “sim”: doze delas eram trans*, cinco eram gays e três eram lésbicas. Três pessoas trans* revelaram que já tinham sido vítimas de piadas e de transfobia no local de trabalho. As outras nove mencionaram que tiveram que se prostituir, pois não conseguiram encontrar emprego ou permanecer no mesmo emprego por muito tempo - sendo que sete delas relataram ter sofrido violência física de clientes.

Das oito lésbicas ou gays que responderam afirmativamente, três mencionaram que já foram vítimas de chacotas e comentários homofóbicos em seus locais de trabalho.



Cinco revelaram que foram demitidos ou tiveram que deixar seus empregos depois que suas orientações sexuais foram descobertas.

Cabe ressaltar aqui que quatro pessoas trans* enfatizaram que não tiveram nenhum problema “quando ainda pareciam meninos” e duas lésbicas salientaram que a razão pela qual não tinham problemas seria porque são “muito discretas em relação a sua sexualidade”. Estes comentários ressaltam expectativas heteronormativas presente na sociedade brasileira, as quais presumem que todos têm que se encaixar e seguir os mesmos padrões de comportamento e aparência. Logo, pessoas LGBT serão mais propensas a serem discriminadas no trabalho quando não seguirem tais padrões heteronormativos.

Leia a seguir algumas respostas interessantes que envolvem as discriminações no trabalho ou durante a procura por emprego:

Sempe foi um pesadelo. Todas as vezes que eu procurava emprego em lojas ou salões de beleza, quando notavam que eu era trans, as pessoas simplesmente me dispensavam e nunca me chamavam para uma entrevista.*

Eu sentia muito preconceito durante entrevistas de emprego, quando percebiam que meu nome social não era igual ao meu nome de nascimento... Ninguém me entendia e eu nunca consegui chegar ao final dos processos seletivos.

Eu já passei por vários momentos desagradáveis e constangedores com meus clientes...se eu recusasse fazer algo ou satisfazer seus desejos, eles sempre respondiam com comentários transfóbicos...Eu já sofri abuso físico de alguns clientes quando eles percebiam que eu tinha pênis... as vezes eles me obrigavam a fazer coisas que eu não queria ou até mesmo se recusavam a pagar. Eu sempre tive medo de suas reações violentas!

Meus colegas de trabalho sempre fazem piadas comigo, me chamam por diversos nomes e tentam acabar a minha imagem. Eu já perdi a conta de quantos comentários pejorativos eu ouvi só por ser gay.

Há muito tempo, eu tive muitas dificuldades de encontrar emprego, só porque eu sou travesti. Por isso, a única solução que tive foi a prostituição. As coisas só mudaram quando eu comecei a lutar pelos meus direitos e me tornei ativista. Mas depois que eu descobri que tinha AIDS, tudo foi por água abaixo e eu nunca encontrei um emprego descente de novo.

Quando eu trabalhava como vendedora, meu chefe me proibia de usar maquiagem e me vestir como mulher. Ele queria que eu fosse discreta e me comportasse como um homem, caso contrário eu seria demitida.



Quando eu trabalhei em um salão de beleza, alguns colegas de trabalhos sempre achavam necessário avisar aos clientes que eu era trans e isso sempre me colocava em situações desconfortáveis... Chegou ao ponto de várias pessoas se recusarem a serem meus clientes e meu salário diminuiu drasticamente.*

Eu tive problemas com alguns colegas de trabalho que pararam de falar comigo depois de descobriram que eu era transsexual. Isso me afetou profundamente, pois descobri que não se pode confiar ou fazer amizades com ninguém do trabalho.

Eu estive no mesmo trabalho por 8 anos e porque eu era a única travesti lá, os outros homens sempre me xingavam e faziam piadas estúpidas.

Uma vez eu trabalhei como porteiro e no momento em que as pessoas se deram conta de eu era gay, tudo mudou. Começaram a me dar menos turnos que os outros porteiros, eu sempre ouvia piadas e comentários homofóbicos, até o ponto em que meu chefe me demitiu sem nenhuma razão.

Os pais dos meus alunos convocaram uma reunião com a Diretoria para me proibir de ser professora do colégio porque eu era uma "lésbica masculina". Acabei sendo forçada a pedir demissão.

No meu trabalho anterior, meus companheiros faziam piadas homofóbicas e eu fui demitido por ser gay

*De 2008 a 2011, enquanto procurava emprego em salões de beleza, eu sempre era dispensada quando descobriam que eu era trans**

Não obstante, ficamos surpresos ao saber que quatorze pessoas tiveram algum tipo de vantagem no trabalho por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Oito deles disseram que só tinham seus empregos porque eram gays, lésbicas ou trans⁴⁸ e outros três mencionaram que sua orientação sexual ou identidade de gênero permitiu-lhes ter sucesso em seu emprego e a se destacarem mais que seus colegas de trabalho⁴⁹. Os outros três acreditam que seus clientes sentem admiração por eles, já que são assumidos em relação às suas sexualidades.

Leia abaixo algumas das respostas mais interessantes:

No meu atual trabalho como modelo, ser transsexual é uma vantagem porque me destaco dos outros pela minha aparência andrógena/exótica. Eu até já estive em alguns programas de TV para falar sobre isso.

⁴⁸ Dois gays e duas lésbicas conseguiram o emprego no atelier Almir Franca; uma transexual foi convidada para produzir um programa de TV devido à sua transexualidade; duas transexuais conseguiram seus empregos depois de concluírem o projeto DAMAS; e o outro homem gay acredita que seu chefe o contratou porque ele também é gay.

⁴⁹ Um modelo transexual, um ativista gay e uma ativista lésbica.

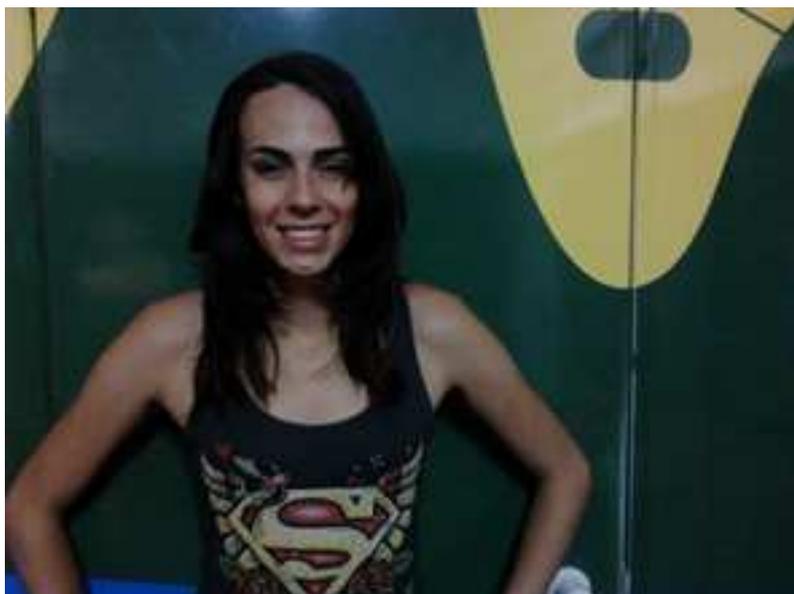


Porque eu sou assumido e trabalho com causas LGBT, isso me dá mais confiança para sobressair diante da sociedade, além disso, acredito que eu me sinta com menos riscos de ser discriminado por ter este emprego. As pessoas têm medo de que eu fale para todo mundo ou chame a polícia.

As pessoas sempre me admiraram por ser assumido, por isso eu sempre tenho vários clientes e eles me apoiam bastante.

Quando eu trabalhei como assistente social, eu consegui fazer um excelente trabalho e ajudei outras pessoas trans... por isso eu recebi um prêmio da Prefeitura reconhecendo meu trabalho.*

Eu fui convidada para produzir um programa de TV sobre sexualidade porque eles sabiam que eu era uma mulher transsexual e buscavam uma pessoa como eu. Pela primeira vez eu senti que ser trans poderia ser uma vantagem para minha vida profissional.*



Uma das trans entrevistadas em nosso trabalho de campo*



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa permitiu que nós observássemos a vida das pessoas LGBT que vivem em situação de pobreza na cidade do Rio de Janeiro. Nós conhecemos e entrevistamos quarenta e seis indivíduos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou travestis. Suas realidades e experiências em diferentes aspectos de suas vidas fornecem uma clara imagem do que significa ser uma pessoa de baixa renda e também ser LGBT no Brasil.

Nossa pesquisa confirmou que esse grupo de pessoas apresentam maior probabilidade de se tornarem e/ou continuarem pobres devido ao estigma, o preconceito e a discriminação que enfrentam devido à sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Nossas entrevistas revelaram que as pessoas LGBT que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro, frequentemente lidam com a violência verbal, física e sexual, e outros abusos motivados pela homofobia e a transfobia. Estas formas de violência e discriminação ocorrem no trabalho, em locais públicos, estabelecimentos privados, bares e até mesmo dentro de suas famílias e comunidades. Argumentamos que a falta de reconhecimento social e de proteção legal da população LGBT, somada às políticas de redução de pobreza não inclusivas, fornecem um contexto que mantém a invisibilidade e a marginalização estrutural das pessoas LGBT de baixa renda.

A maioria dos nossos entrevistados acredita que são mais vulneráveis à

pobreza do que pessoas heterossexuais e cisgêneras – já que elas não enfrentam tanto preconceito e discriminação. Consequentemente, elas têm acesso a mais oportunidades de emprego e recebem um melhor tratamento e, em alguns casos, até mesmo uma remuneração maior. Nossa pesquisa demonstrou, também, que as **pessoas LGBT de baixa renda no Rio têm de lidar com situações de trabalho precárias, tratamento desigual e injusto, empregos informais e renda irregular, o que os torna mais vulneráveis à pobreza e à exploração.**

Tais evidências indicam que ainda há muito preconceito contra essa população no mercado de trabalho, especialmente contra pessoas trans*, que são frequentemente estigmatizadas e marginalizadas

De fato, descobrimos que as pessoas trans*, especialmente travestis, muitas vezes têm de recorrer ao trabalho sexual, pois não encontram outras oportunidades de trabalho ou melhores salários. As que estão envolvidas no trabalho sexual também estão sujeitas à violência transfóbica, ao assédio e ao abuso sexual de clientes e de outras pessoas de suas comunidades. Isso afeta profundamente o seu bem-estar e a sua saúde, limitando seus sonhos e aspirações para o futuro.

Além disso, **a pesquisa revelou que a maioria das pessoas LGBT de baixa renda no Rio também sofrem de baixa auto-estima e de falta de confiança,** devido aos abusos verbais, psicológicos, físicos e sexuais aos quais estão continuamente sujeitos devido à



sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Ademais, nenhuma das pessoas que entrevistamos concluiu os estudos universitários, enquanto outros não possuem habilidades e qualificações profissionais ou são analfabetos - o que dificulta ainda mais a procura por um trabalho decente e o aumento das suas perspectivas de renda. Como resultado, elas dependem fortemente de suas famílias e amigos para ajudá-las em questões de moradia e outras despesas básicas. Tal ajuda nem sempre é possível, já que muitas são rejeitadas e excluídas pelos membros de suas próprias famílias.

Em suma, conseguimos provar as várias interseções entre pobreza, orientação sexual e identidade de gênero e como essas questões afetam a vida das pessoas LGBT no Rio de Janeiro, resultando em um acesso inadequado à educação, habitação, emprego, saúde, serviços públicos e oportunidades financeiras. **É muito comum o argumento de que a pobreza pode afetar a comunidade LGBT da mesma maneira que afeta as**

pessoas heterossexuais. No entanto, a combinação de múltiplas formas de discriminação, com base no gênero, raça, classe e, mais importante, orientação sexual ou identidade de gênero, produz uma realidade de desigualdades sócio-econômicas e de exclusão em massa, e a população LGBT acaba pagando um preço mais alto para sair dela.

Portanto, apelamos aos governos e agências governamentais, aos políticos, aos empresários, aos prestadores de serviços e às organizações da sociedade civil que se envolvam na luta pela mudança das situações que colocam o bem-estar das pessoas LGBT em perigo e provocam recorrentes exclusões. A população LGBT de baixa renda sofre muita discriminação em vários aspectos de suas vidas, conforme demonstrado ao longo desta pesquisa, além de serem social e economicamente excluídas de políticas de combate à pobreza e de discursos hegemônicos sobre os próprios direitos LGBT.



Uma das trans que entrevistamos durante o trabalho de campo*



8. RECOMENDAÇÕES

Levando-se em consideração a crítica situação de vida dessas pessoas, elaboramos uma série de recomendações para empregadores, decisores políticos, agências governamentais, prestadores de serviços e para organizações da sociedade civil, visando melhorar efetivamente a vida da população LGBT que vive em situação de pobreza no Rio de Janeiro e no Brasil.

8.1 Para agências governamentais e decisores políticos

Nossa pesquisa sustenta o argumento de que muitas pessoas trans*, especialmente travestis, estão frequentemente envolvidas no trabalho sexual e, portanto, sujeitas à discriminação e violência transfóbica por parte de seus clientes e de outros cidadãos. As agências governamentais, incluindo a polícia, devem garantir a segurança de todos os profissionais do sexo, incluindo as pessoas trans*, e devem tomar as medidas necessárias para erradicar a transfobia e o combate da violência de rua. Os decisores políticos precisam tomar as medidas necessárias para regulamentar o trabalho sexual no Brasil e reconhecê-lo legalmente como uma profissão. Isso permitiria que profissionais do sexo tenham os mesmos direitos que qualquer outro profissional.

Nossas entrevistas indicam que profissionais do sexo trans* muitas vezes recorrem a este trabalho porque não conseguem encontrar melhores oportunidades e melhores salários, devido ao estigma e a marginalização social que enfrentam. Os

decisores políticos e gestores públicos necessitam tomar medidas urgentes para eliminar a discriminação contra pessoas trans* nos locais de trabalho, através da criação de programas de treinamentos e de aumento da empregabilidade que facilitem o acesso das pessoas trans* ao mercado de trabalho e ajudem aquelas que querem largar o trabalho sexual e sair da situação de pobreza.

Nenhuma das pessoas LGBT entrevistadas concluíram os estudos universitários, principalmente devido à falta de dinheiro e pela necessidade de começarem a trabalhar mais cedo. As agências governamentais devem oferecer bolsas de estudo e subsídios públicos para motivar as pessoas LGBT a completar seus estudos. Os gestores públicos necessitam criar campanhas educativas e outras iniciativas para ampliar o acesso das pessoas LGBT à educação formal.

Nossa pesquisa também sugere que muitas pessoas LGBT de baixa renda no Rio de Janeiro não conseguem encontrar emprego, principalmente porque são analfabetos ou não têm qualificações profissionais. As agências governamentais devem oferecer empregos, opções de treinamento e oficinas de capacitação para motivar as pessoas LGBT de baixa renda a buscar mais qualificações profissionais.

Nossas entrevistas mostraram que a maioria das pessoas LGBT em situação de pobreza no Rio de Janeiro não podiam arcar com suas despesas de subsistência e também dependem fortemente de suas famílias para moradia e outros apoios, o



que nem sempre é possível, pois alguns são excluídos e expulsos por seus familiares. Os formuladores de políticas públicas devem incluir as pessoas LGBT nas suas estratégias de redução da pobreza e programas de inclusão social, que há muito tempo excluem essa população por focarem na unidade familiar heterossexual. As agências de governo devem aumentar também o número de benefícios sociais disponíveis à comunidade LGBT e facilitar o seu acesso aos já existentes. Ao mesmo tempo, devem oferecer treinamento adequado para assistentes sociais, a fim de ampliar e fortalecer as redes de proteção social para a população LGBT. Além disso, os formuladores de políticas públicas devem se engajar em conversas com as organizações da sociedade civil, a fim de entender como melhorar os sistemas de apoio para a comunidade LGBT e ajudá-los a sair da pobreza.

A maioria das pessoas LGBT entrevistadas já enfrentaram diferentes níveis de homofobia na sociedade, inclusive no local de trabalho. Os decisores políticos devem tomar as medidas necessárias para aprovar o projeto de lei existente que criminaliza a homofobia. As agências governamentais locais deveriam fazer cumprir as leis existentes que já protegem os cidadãos LGBT contra a discriminação baseada na orientação sexual ou identidade de gênero e devem formular campanhas que visem eliminar tal tipo de discriminação em todas as esferas da sociedade e principalmente no local de trabalho.

8.2 Para empregadores

Nossas entrevistas indicam que as pessoas LGBT estão mais vulneráveis à pobreza do que as pessoas heterossexuais, já

que as últimas não enfrentam o mesmo preconceito e discriminação e, como resultado, possuem mais oportunidades de emprego. Os empregadores devem garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento a todos os candidatos e funcionários, independentemente da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Nossa pesquisa revelou que os empregadores do Rio de Janeiro ainda demonstram preconceito contra pessoas LGBT, especialmente contra pessoas trans*, que são estigmatizadas e marginalizadas no mercado de trabalho. Os empregadores não devem discriminar seus empregados com base em sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Eles precisam, ainda, mudar suas opiniões negativas em relação as pessoas trans* e oferecer-lhes tratamento justo, trabalho decente e salários iguais.

Alguns entrevistados relataram que ganham menos do que seus colegas heterossexuais. Os empregadores devem oferecer salários e remuneração iguais pelo mesmo trabalho para todos os funcionários, independentemente da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

8.3 Para prestadores de serviços

Várias pessoas LGBT entrevistadas para esta pesquisa considerariam iniciar pequenas atividades comerciais, muitas vezes em resposta à falta de oportunidades de emprego disponíveis para eles. As entrevistas corroboram a necessidade de fornecer crédito para pessoas com aspirações empresariais, a despeito do fato de que elas podem não ter um histórico de



crédito ou as credenciais habituais exigidas pelos bancos para conceder tais créditos.

A pesquisa revela que as pessoas LGBT que vivem em situação de pobreza sofrem de baixa auto-estima e falta de confiança. Elas devem ter maior acesso a treinamentos e oportunidades para aumentar sua confiança e auto-estima. O aumento da auto-estima não só ampliará as chances de obter uma renda maior e/ou melhorar suas qualificações, mas também poderá melhorar o bem-estar emocional e reduzir o risco de pobreza.

8.4 Para organizações LGBT e outras organizações da sociedade civil

A nossa pesquisa evidencia o argumento de que as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans* que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro estão mais propensas a permanecerem pobres devido à discriminação e ao estigma que enfrentam com base em sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Neste sentido, as organizações LGBT devem aumentar a conscientização sobre situação de pobreza vivida por muitas pessoas LGBT no Rio de Janeiro e sobre a necessidade de mudança de atitudes sociais negativas em relação a este segmento. As organizações LGBT também devem estar mais conscientes das necessidades deste grupo específico e buscar recursos que lhes permitiriam providenciar apoio concreto para ajudar pessoas LGBT a saírem da pobreza.

Nossa pesquisa revela que as pessoas LGBT de baixa renda no Rio de Janeiro tem de lidar com situações de precariedade de empregos e renda irregular, o que os torna mais vulneráveis à pobreza e à exploração.

As organizações LGBT necessitam criar esquemas que ajude as pessoas LGBT a encontrarem oportunidades de emprego e um renda regular. Ainda, as organizações LGBT devem fornecer treinamento para os empregadores sobre as questões de orientação sexual e identidade de gênero, para que eles possam oferecer às pessoas LGBT igualdade de acesso ao mercado de trabalho.

Nossas entrevistas revelaram que as pessoas LGBT que vivem em situação de pobreza no Rio lidam com episódios de discriminação e violência com base em sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Estes episódios ocorrem no trabalho, em lugares públicos, estabelecimentos privados, bares e até mesmo em suas famílias e comunidades.



Dois lésbicas entrevistadas em nosso trabalho de campo



As organizações LGBT devem relatar os casos às autoridades e garantir que as pessoas LGBT que são vítimas de discriminação e violência tenham acesso à assistência jurídica e recursos judiciais.

Nossa pesquisa corrobora o argumento de que as pessoas trans*, especialmente travestis, muitas vezes tem que se prostituir, porque não conseguem encontrar outras oportunidades de trabalho e melhores salários. As organizações LGBT devem buscar financiamentos que lhes permitam desenvolver ações que aumentem a confiança e a auto-estima da comunidade trans*, inclusive por meio de campanhas e criação de grupos de apoio. Elas também devem procurar incluir as pessoas trans* em oficinas de capacitação e outras oportunidades profissionais e melhorarem suas habilidades.

Como as pessoas LGBT estão sujeitas às múltiplas formas de discriminação social, é importante providenciar treinamento, informação, aconselhamento e orientação em questões de orientação sexual e identidade de gênero para empregadores, formuladores de políticas, agências governamentais, prestadores de serviços e organizações da sociedade civil que poderiam melhorar as condições de vida desses indivíduos.

8.5 Para investigações futuras

Nossa pesquisa mostrou que as pessoas trans* vivenciam diferentes situações socioeconômicas, em comparação com lésbicas, gays ou bissexuais. No entanto, não focamos extensivamente em tais diferenças. Há uma necessidade de maior investigação sobre como a comunidade trans* é particularmente afetada pela

pobreza e o que poderia ser feito para melhorar suas condições de vida.

Durante nosso trabalho de campo, não conseguimos entrevistar pessoas intersex que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro. Por isso, outras pesquisas são necessárias para destacar as realidades específicas enfrentadas por indivíduos intersex, especialmente sobre como eles são afetados pela pobreza.

Durante a nossa pesquisa, identificamos a necessidade de investigar a situação de pobreza da população LGBT utilizando uma abordagem mais jurídica, a fim de examinar como a pobreza afeta o reconhecimento dos e o acesso aos direitos humanos básicos de tal população.



Um dos gays que entrevistamos durante o trabalho de campo



APÊNDICE - DIREITOS LGBT NO BRASIL

Descriminalização e despatologização da homossexualidade

A sodomia foi descriminalizada no Brasil em 1830, oito anos após sua independência de Portugal, quando o Código Penal imperial⁵⁰ foi aprovado. Green (1999) argumenta que o Código Penal francês de 1791, o Código de 1819 napoleônico e o Código Napoleônico de 1810, que descriminalizaram as relações sexuais consensuais entre adultos, em grande parte, influenciaram esta legislação.⁵¹

A homossexualidade foi retirada da lista de enfermidades do Conselho Federal de Medicina em 1985, depois que ativistas enviaram uma petição ao governo federal em 1981, para suspender a aplicação no Brasil do § 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS), que naquele tempo ainda classificava a homossexualidade como um “desvio e transtorno sexual” (Dehesa, 2010).

Leis contra discriminação

A Constituição Federal de 1988⁵², considerada por muitos a primeira

⁵⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm

⁵¹ O autor argumenta, porém, que o artigo 280 do Código Brasileiro pune “atos de atentado ao pudor” com prisão de dez a quarenta dias e multa correspondente a metade do tempo de serviço.

⁵² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Constituição democrática do Brasil e uma referência para os direitos humanos no país, não incluiu a orientação sexual em suas cláusulas de anti-discriminação⁵³, embora ela afirme no art. 3, parágrafo IV que um de seus objetivos fundamentais é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Apesar disso, as constituições de seis estados brasileiros proíbem a discriminação por orientação sexual, e 10 estados e cerca de 80 municípios já aprovaram leis que proíbem esse tipo de discriminação⁵⁴, incluindo o estado⁵⁵ e a cidade do Rio de Janeiro.⁵⁶

Um projeto de lei que criminaliza a homofobia (PL 5003) foi proposto na Câmara dos Deputados em 2001 e, em seguida, com outro nome (PLC 122), foi re-

⁵³ O movimento LGBT brasileiro promoveu uma campanha para incluir a “orientação sexual” como um dos parâmetros de proteção contra discriminação durante a Assembleia Constituinte de 1987-88, mas foram derrotados por políticos religiosos de direita e de centro, que utilizaram preceitos bíblicos para se oporem a tal inclusão (Dehesa, 2010).

⁵⁴ Lista de municípios e estados disponíveis em: <http://www.aids.gov.br/pagina/discriminacao-em-razao-de-orientacao-sexual>.

⁵⁵ Ver Lei 3406 de 15 de maio de 2000, disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/leiest3406.htm>. A lei foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2012, devido a um recurso judicial apresentado por um grupo de membros ultraconservadores do Parlamento.

⁵⁶ Ver Art. 5 §1 da Lei Orgânica da cidade do Rio de Janeiro, aprovada no dia 5 de abril de 1990, disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/lei-organica/riodejaneiro-rj/3613>; e Lei 2.475 de 12 de setembro de 1996, que determina sanções a discriminação com base em orientação sexual, disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/caf6321e8e453c5e032576ac007337af?OpenDocument>



introduzido no Senado em 2006. Apesar de ter sido proposto e discutido, a constante oposição religiosa ao projeto de lei adiou a sua votação inúmeras vezes, até que foi retirado da pauta no final de 2013.⁵⁷

Reconhecimento de casais do mesmo sexo

Em 1995, Marta Suplicy, uma deputada do Partido dos Trabalhadores na época, propôs e, posteriormente, apresentou um projeto de lei para legalizar parcerias domésticas entre pessoas do mesmo sexo no Parlamento – o Projeto de Lei da Parceria Civil Registrada (PCR)⁵⁸. No entanto, assim como o PLC 122, os segmentos religiosos da Câmara dos Deputados bloquearam repetidamente a votação do projeto de lei.

Finalmente, em 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal brasileiro decidiu, por unanimidade, que os casais do mesmo sexo que vivem em união estável são juridicamente considerados como uma unidade familiar. Assim, fariam jus aos mesmos direitos que os casais formados por pessoas de sexo opostos que vivem no mesmo tipo de união - como a inclusão em planos de saúde, segurança social, divisão de bens adquiridos durante a união, o direito à herança, dentre outros.⁵⁹

Após essa decisão, cartórios de vários estados brasileiros (14 de 27) permitiram que os casais formados por pessoas do mesmo sexo convertessem suas uniões estáveis em casamento civil e uma campanha foi lançada em 2012 para legalizar o casamento igualitário em todo

o país. Em maio de 2013, o Conselho Nacional da Justiça aprovou uma resolução proibindo os cartórios públicos no Brasil de recusar os pedidos de conversão das uniões estáveis em casamento ou de realizarem cerimônias de casamento entre pessoas do mesmo sexo⁶⁰. No entanto, uma legislação ainda precisa ser aprovada no Parlamento para alterar a Constituição Brasileira e o Código Civil, a fim de legalizar totalmente o casamento entre pessoas do mesmo sexo, assegurando o pleno reconhecimento e a proteção concedida pela legislação sobre casamento no Brasil.

Reconhecimento de outros direitos

Desdemeados dos anos 1990, um crescente corpo de jurisprudência tem reconhecido vários direitos de lésbicas e gays nas áreas de adoção, imigração, guarda dos filhos, seguros, benefícios de pensão, bem como os direitos de transexuais a mudarem de nome e gênero em documentos oficiais, em algumas partes do país (Vianna e Lacerda, 2007), resultando em diferentes tipos de proteção jurídica entre os estados brasileiros, especialmente em relação às pessoas trans*. Além disso, desde 2007, o sistema de saúde pública do Brasil oferece cirurgias de redesignação sexual gratuitas em alguns hospitais.⁶¹

⁵⁷ Para mais informações sobre a lei, ver: <http://www.plc122.com.br>.

⁵⁸ O texto original do Projeto está disponível em: http://www.ggb.org.br/projetolei_1151.html

⁵⁹ Ver Rios (2011) para uma análise jurídica sobre a decisão.

⁶⁰ Ver a Resolução nº 175, disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/24675-resolucao-n-175-de-14-de-maio-de-2013>

⁶¹ Ver “Mudança de sexo poderá ser feita pelo SUS, decide TRF”, Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mudanca-de-sexo-podera-ser-feita-pelo-sus-decide-trf,36021,0.htm>



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdo, Carmita (2008). *Mosaico Brasil*. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Projeto Sexualidade. Retrieved from: http://sites2.uai.com.br/tva/ja2/projeto_mosaico_brasil_coletiva_rj_mg.pdf
- ABGLT. (2009). *Manual de Comunicação LGBT*. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Ajir artes Gráficas e Editora Ltda.
- Albelda, Randy; Badgett, Lee M.V.; Schneebaum, Alyssa and Gates, Gary J. (2009). *Poverty in the Lesbian, Gay and Bisexual Community*. University of California: The Williams Institute. Retrieved from <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Albelda-Badgett-Schneebaum-Gates-LGB-Poverty-Report-March-2009.pdf>
- Albuquerque Júnior, DM. & Ceballos, R. (2002). *Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980*. In: Rick Santos and Wilton Garcia (Eds.). *A escrita de Adé: Perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil*. São Paulo: Xamã; Nassau Community College/ State University of New York.
- Alves, Maria H. M. (1985). *State and Opposition in Military Brazil*. Austin: University of Texas Press.
- Avelar, Rezende Bruno de; Brito, Walderes and Mello, Luiz A. (2010). *A (in)segurança pública que o estado brasileiro oferece à população LGBT: mapeamento crítico preliminar de políticas públicas*. Ser Tão, Goiânia. Retrieved from <http://www.sertao.ufg.br/politicaslgbt/interna.php?id=5>
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. (2010). *Plano Brasil Sem Miséria*. Retrieved from http://www.cve.saude.sp.gov.br/hms/hans/pdf/Caderno_Brasil_Sem_Miseria.pdf
- Brasil, Ministry for Social Development and Fight Against Hunger. (2012a) *Brazil without Extreme Poverty Plan – A Year of Results*. Retrieved from http://www.brasilsemmiseria.gov.br/documentos/mds_revista_ingles.pdf
- Brasil, Secretaria de Direitos Humanos (2012b). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil : ano de 2011*; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). – Brasília, DF. Retrieved from: <http://portal.sdh.gov.br/brasilsem/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-o-ano-de-2011/Relatorio%20LGBT%20COMPLETO.pdf>
- Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2013). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2012*. Retrieved from <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>
- Carrara, Sérgio and Ramos, Silvia. (2005). *Política, direitos, violência e homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004*. Rio de Janeiro : CEPESC / IMS Retrieved from <http://www.clam.org.br/pdf/paradario2004.pdf>
- Dehesa, Rafael de la. (2010). *Queering the public sphere in Mexico and Brazil: Sexual rights movements in emerging democracies*. Durham, NC: Duke University Press.
- D'Emilio, John. (1993). *Capitalism and the gay identity*. In Henry Abelove, Michele Aine Barale and David M. Halperin (Eds.). *The Lesbian and Gay Studies Reader*. (pp. 467–476). New York and London: Routledge.



- Estevan, Fernanda. (2012). *The quality of public education and private school enrollment: an assessment using Brazilian data*. Department of Economics, CORE, Catholic University of Louvain, Belgium. Retrieved from: <http://www.bu.edu/econ/files/2012/11/dp-185.pdf>
- Frankel, Adam. (2013). *Report on the Human Rights Situation of Afro-Brazilian Trans Women*. Washington, DC: Global Rights: Partners for Justice. Retrieved from http://www.globalrights.org/sites/default/files/docs/Report_on_Situation_of_Afro-Brazilian_Trans_Women.pdf
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010). *Pobreza, desigualdade e políticas públicas. Comunicados da Presidência n.38*. Secretaria de Assuntos Estratégicos, Governo Federal. Retrieved from http://www.asabrazil.org.br/user-files/file/pobreza_desigualdes_pp_ipea.pdf
- Garcia, Marcos Roberto Vieira (2008). *Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda*. Universidade de São Paulo. Retrieved from: http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/prostituo_e_atividades.pdf
- Gates, Gary J. (2011). *How many people are lesbian, gay, bisexual and transgender?* University of California, The Williams Institute. Retrieved from: <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/research/census-lgbt-demographics-studies/how-many-people-are-lesbian-gay-bisexual-and-transgender/>
- GGB (2013). *Relatório 2012 – Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil*. Grupo Gay da Bahia 2013. Retrieved from: <http://homofobiamata.files.wordpress.com/2013/02/relatorio-20126.pdf>
- Green, James N. (1999). *Beyond carnival: Male homosexuality in twentieth-century Brazil*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Henriques, Ricardo. (2003). *Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil*. In Marlova Jovchelovitch Noleto and Jorge Werthein (Eds.), *Pobreza e Desigualdade no Brasil: Traçado dos caminhos para a inclusão social*. Brasília: UNESCO.
- Itaborahy, Lucas Paoli. (2012). *LGBT Rights in Brazil: an analysis of the public policies established by the Federal Government to recognize the human rights of the LGBT community*. (Unpublished Master's Thesis) University of Tromsø (Norway), Roehampton University (UK) and University of Gothenburg (Sweden). Retrieved from <http://munin.uit.no/bitstream/handle/10037/5101/thesis.pdf?sequence=2>
- Lorea, Roberto Arriada. (2009). "Brazilian secularism and minorities in the biggest Catholic nation in the world", *Archives de sciences sociales des religions* (146), pp. 81-97. Retrieved from <http://assr.revues.org/21242>
- Martins, Marco A.M.; Fernandez, Osvaldo; Nascimento, Érico Silva do (2010). *Acerca da violência contra LGBT no Brasil: entre reflexões e tendências*. Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Marsiaj, Juan P. (2003). *Gays ricos e bichas pobres: Desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil*. Cadernos AEL. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 10(18/19), 133-145.
- Mello, Luiz. (2006). *A(Anti)homossexual familism and regulation of citizenship in Brazil*. *Estudos Feministas*, 2. Florianópolis: Revista Estudos Feministas.
- Oxhorn, P. (1995). *From controlled inclusion to coerced marginalization: The struggle for civil society in Latin America*. In John R. Hall (Ed.). *Civil society: Theory, history and comparison*. (pp. 253- 254) Cambridge: Polity Press.
- Paes de Barros, Ricardo, Henriques, Ricardo and Mendonça, Rosane. (2011). *Texto Para Discussão No 800: A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro and Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão and Instituto de Pesquisa Econômica



- Aplicada (IPEA). Retrieved from http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf
- Parker, Richard G. (1999). *Beneath the Equator: Cultures of desire, male homosexuality, and the emerging gay communities in Brazil*. New York: Routledge.
- Rio de Janeiro, Governo do Estado. (2012). *Revista Rio Sem Homofobia*. Retrieved from <http://www.youblisher.com/p/402661-Revista-Rio-Sem-Homofobia/>
- Queiroz, Jandira. (2013). *Pentecostal with history of hate speech selected as president of Brazil's human rights body*. Religion Dispatches Magazine. Retrieved from http://www.religion-dispatches.org/archive/sexandgender/6907/pentecostal_with_history_of_hate_speech_selected_as_president_of_brazil_s_human_rights_body/
- Reis, Toni. (2013). *O Deboche, a Palhaçada e o Jogo de Interesses - a Câmara dos Deputados e os Direitos Humanos: uma análise crítica*. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Retrieved from <http://www.abgl.org.br/port/basecoluna.php?cod=285>
- Rios, Roger Raupp. (2011). *O Supremo Tribunal Federal e as uniões estáveis entre pessoas de mesmo sexo*. Porto Alegre, Brasil.
- Santos, Giselli Caetano dos and Arcoverde, Ana C. Brito (2011). *Pobreza – Conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão / Centro de Ciências Sociais, / Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Retrieved from http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/DESIGUALDADES_SOCIAIS_E_POBREZA/POBREZA_CONCEITOS_MENSURACAO_E_ENFRENTAMENTO_NO_BRASIL.pdf
- Schilt, Kristen and Westbrook, Laure. (2009). *Doing gender, doing heteronormativity: "Gender Normals", transgender people and the social maintenance of heterosexuality*. Gender and Society 23(4): 440-464.
- Siagg, Mahomed. (2011). *Gays e lésbicas são caçados nas favelas do Rio pelo tráfico e pela milícia*. O Dia. Retrieved from <http://educadoresemluta.blogspot.com.br/2011/07/gays-sao-cacados-nas-favelas-do-rio.html>
- Silva, Wilson H da. (2011). *Gays, lésbicas e travestis pobres no Rio: Entre a cruz e a espada*. [Web Article] Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado (PSTU) Retrieved from http://www.pstu.org.br/opressao_materia.asp?id=13099&ida=0
- Tratz, Sergio L. (2012) *Fighting Poverty in Democratic Countries: The Brazilian Case Study*. [Dissertation] UK: Royal College of Defence Studies (RCDS). Retrieved from <http://www.da.mod.uk/colleges/rcds/publications/seaford-house-papers/2012-seaford-house-papers/shp-2012-tratz.pdf>
- Vianna, Adriana R.B. and Carrara, Sérgio (2007) *Sexual Politics and Sexual Rights in Brazil: A Case study*. In: Corrales, J.; Pecheny, M.. (Org.). The politics of sexuality in Latin America: a reader on lesbian, gay, bisexual, and transgender rights. 1 ed. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010, v. , p. 251-258.
- Waiselfisz, Júlio Jacobo. (2012). *Mapa da violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari. Retrieved from http://www.mp.ma.gov.br/arquivos/CAOP-CRIM/mapa2012_web.pdf
- World Bank, Research Development Group. (2010). *PovCalNet: An online poverty analysis tool*. Retrieved from <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/index.htm>